

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 148/2023  
Data: 31/08/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
INSTITUTO HISTÓRICO PRODUZ LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DO PORTO DE SANTOS .....	4
CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DO PORTO DE SANTOS PEDEM FIM DE CONGESTIONAMENTOS NA ALEMOA .....	4
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA</b> .....	<b>7</b>
ALVOAR INAUGURA FÁBRICA DE LEITE CONDENSADO NO CEARÁ .....	7
APM TERMINALS QUER AJUDAR SUAPE A ROMPER A BARREIRA DE 1 MILHÃO DE TEUS .....	8
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>9</b>
CONSELHO DIRETOR DO FMM APROVA R\$ 898 MILHÕES PARA PROJETOS PORTUÁRIOS.....	9
PORTOS - PORTO SEM PAPEL DISPONIBILIZA 13 DOCUMENTOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA NO GOV.BR.....	10
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>12</b>
TRÂNSITO - GOVERNO FEDERAL LANÇA ENQUETE INÉDITA PARA ESCOLHA DO TEMA DAS CAMPANHAS DE TRÂNSITO EM 2024.....	12
RODOVIAS - Novo PAC DÁ LARGADA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA PONTE QUE LIGARÁ BRASIL E URUGUAI .....	12
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>13</b>
EDITORIAL – FORTALECENDO LAÇOS .....	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Serviço de bordo 1</i> .....	14
<i>Serviço de bordo 2</i> .....	14
<i>Desestatização não</i> .....	14
<i>Nova proposta</i> .....	14
NACIONAL -LULA ADIA ANÚNCIO DA REFORMA MINISTERIAL .....	15
EcoRODOVIAS ASSINA ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-101/ES/BA.....	15
NACIONAL - EM CARTA, EMPRESÁRIOS PEDEM AO GOVERNO BRASILEIRO ESCRITÓRIO DA APEX .....	16
REGIÃO SUDESTE - APÓS PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS, APS GARANTE CONCLUSÃO DE OBRAS .....	18
REGIÃO SUDESTE - DP WORLD OFERECE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA GRATUITOS PARA CAMINHONEIROS EM SANTOS .....	19
REGIÃO NORDESTE - ZPE CEARÁ COMPLETA 10 ANOS E LANÇA NOVO SISTEMA AUTOMATIZADO .....	20
REGIÃO NORDESTE - CÂMARA DOS DEPUTADOS LANÇA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS ZPES .....	21
REGIÃO SUL - APÓS CONCLUSÃO DE DRAGAGEM, ANTONINA AUMENTA CALADO PARA 9 METROS .....	21
REGIÃO SUL - REVITALIZAÇÃO DE TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DO PORTO DE IMBITUBA É INAUGURADA.....	22
<b>O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP</b> .....	<b>23</b>
TEMPORADA DE CRUZEIROS 2022/2023 INJETOU R\$ 5,1 BILHÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA .....	23
OPERAÇÃO “FRATERNOS” FORTALECE LAÇOS DE COOPERAÇÃO ENTRE AS MARINHAS DO BRASIL E ARGENTINA.....	24
BRASIL E JAPÃO DISCUTEM AMPLIAÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS .....	24
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL SOBE 18,6% EM JULHO E BATE RECORDE, DIZ ANP .....	25
PORTO DO ITAQUI E PORTO DE PARANAGUÁ APROXIMAM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS .....	26
PETROBRAS (PETR4) ASSINA ACORDOS EM BUSCA DE FORTALECER RELAÇÃO COMERCIAL COM CHINA.....	27
<b>AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS</b> .....	<b>27</b>
TCU APROVA ACORDO PARA TÉRMICAS EMERGENCIAIS DO BTG PACTUAL .....	27
MARINA VETA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO LITORAL DA BAHIA .....	29
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>31</b>
PREÇO DOS ALIMENTOS VAI SUBIR ATÉ 8% EM SETEMBRO COM REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS, PREVÊ ABRAS .....	31
GOVERNO VAI COBRAR IMPOSTO FEDERAL SOBRE INCENTIVOS DADOS POR ESTADOS .....	32
GOVERNO ANUNCIA R\$ 66 BILHÕES PARA INOVAÇÃO COM 'MENOR TAXA DE JUROS DA HISTÓRIA' .....	33
GOVERNO BUSCA SOLUÇÃO PARA PEC QUE SUBMETE FINANCIAMENTOS PÚBLICOS AO CONGRESSO.....	34
EMPERRADA, REFORMA MINISTERIAL É ADIADA PARA A SEMANA QUE VEM.....	35
LULA VIAJA EM VOO COM MINISTROS QUE DEVEM SER AFETADOS POR REFORMA .....	35
<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP</b> .....	<b>36</b>
FELIPE SALTO ALERTA PARA ‘MAU SINAL’ EM VETO DE LULA A TRECHO DO ARCABOUÇO FISCAL .....	36
ORÇAMENTO 2024: GOVERNO PREVÊ GASTAR R\$ 91,1 BI EM RECURSOS PRÓPRIOS E DE ESTATAIS NO PAC.....	37
MERCADO LIVRE PODE ELEVAR FATIA DE VENDEDOR ESTRANGEIRO NA PLATAFORMA, DIZ LÍDER DA EMPRESA NO PAÍS.....	38



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 148/2023  
Página 3 de 56  
Data: 31/08/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

GOVERNO VOLTA A PEDIR QUE ELETROBRAS SUSPENDA PLANO DE DEMISSÕES APÓS APAGÃO .....	39
DESONERAÇÃO DA FOLHA: ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS DO TEXTO APROVADO NA CÂMARA .....	41
INCERTEZAS SOBRE RUMOS DA ECONOMIA NO GOVERNO LULA DEIXAM INVESTIDOR ESTRANGEIRO 'COM O PÉ ATRÁS' .....	42
EMPRESAS AÉREAS PEDEM SUBSÍDIOS PARA COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO .....	43
GOVERNO ESTUDA MODELO DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA COM APORTE DE RECURSOS PÚBLICOS; ENTENDA .....	44
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>45</b>
LULA COGITA TURBINAR 'MDS DO CENTRÃO' .....	45
COMBUSTÍVEL VERDE FAZ A RODA GIRAR .....	47
REFORMA MINISTERIAL PÕE LULA ANTE DIFÍCEIS ESCOLHAS .....	48
PRUMO PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 15 BI EM PROJETOS NO PORTO DO AÇU.....	49
TRIUNFO MANIFESTA INTERESSE EM CONTINUAR COM CONCESSÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS .....	51
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS.....</b>	<b>52</b>
ARMADORES E TERMINAIS PEDEM REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM PELA ANTAQ; CATEGORIA NEGA ABUSIVIDADE DE PREÇOS.....	52
CDFMM PRIORIZA R\$ 900 MILHÕES PARA OBRAS EM 2 TERMINAIS DE GRANÉIS .....	54
FORNECEDORES PROJETAM PARTICIPAÇÃO LOCAL CRESCENTE .....	55
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>56</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	56



**A TRIBUNA DIGITAL (SP)**

## **INSTITUTO HISTÓRICO PRODUZ LIVRO SOBRE A HISTÓRIA DO PORTO DE SANTOS**

Obra deverá conter mais de 400 páginas de uma trajetória de 490 anos

Por: *ATribuna.com.br*



***Trabalhadores do Porto de Santos, na década de 1920: movimentação passou por transformação Foto: Reprodução***

O Instituto Histórico e Geográfico de Santos está produzindo um livro que narra a saga do Porto de Santos. A obra vai traçar a história do maior porto da América Latina desde os tempos coloniais, em 1532, até os dias atuais, marcados por sucessivas quebras de recordes na movimentação de cargas e pela integração do Brasil com o resto do mundo.

A condução do projeto está sob responsabilidade do jornalista e escritor Sergio Willians, que também comanda a instituição cultural. A proposta do projeto é editar mil unidades do livro, que terá cerca de 420 páginas.

“A trajetória do Porto se manteve como farol, iluminando o comércio de produtos como açúcar, sal, tabaco e algodão até o café, que catalisou a transformação do País. De forma mais contemporânea, abarcou o escoamento de soja, suco de laranja, trigo e outros produtos agrícolas e industriais. Além do seu relevante papel comercial, o Porto de Santos também carrega a fama de ter sido a porta de ingresso para imigrantes, representando uma diversificada teia de nacionalidades”, disse Willians.

O jornalista já deu o pontapé inicial no processo de pesquisa, junto ao departamento cultural da Autoridade Portuária de Santos (APS). A obra conta com a chancela da Lei Rouanet e tem um patrocinador, a Autoridade Portuária, que com base em seu edital cultural custeará parte do projeto. Agora, o Instituto está em busca dos recursos restantes e negocia com a própria APS e outras empresas do Porto.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 31/08/2023

## **CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS DO PORTO DE SANTOS PEDEM FIM DE CONGESTIONAMENTOS NA ALEMOA**

Categoria realiza mobilização de 12 horas para chamar atenção de autoridades do setor

Por: *Bárbara Farias*



***A mobilização, pacífica, ocorreu das 7h às 19h e foi liderada pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam) Foto: Vanessa Rodrigues/AT***

Caminhoneiros autônomos que atuam no Porto de Santos realizaram manifestação por 12 horas, nesta quarta-feira (30), na descida do Viaduto da Alemoa. Eles reivindicam o fim dos congestionamentos e garantia de trabalho no transporte de contêineres. De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), a

mobilização não prejudicou as operações de carga e descarga de mercadorias nos navios atracados no complexo santista. Contudo, houve relatos de empresas sobre impactos significativos no acesso a seus terminais.

A mobilização, pacífica, ocorreu das 7h às 19h e foi liderada pelo Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), com acompanhamento de equipes da Polícia Rodoviária Estadual, Guarda Portuária, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos) e Ecovias, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI).

Segundo o presidente do Sindicam, Luciano Carvalho, “o intuito da mobilização é trazer melhorias e garantia de trabalho para a categoria”. Os autônomos reivindicam soluções emergenciais nos acessos aos terminais de contêineres do maior porto da América Latina, entre outras ações de resposta a médio prazo.

Um pedido pontual é a conclusão das obras da Avenida Engenheiro Augusto Barata, o Retão da Alemoa. “Essa obra é uma questão muito séria. Estamos tratando com a Autoridade Portuária há um ano, já enviamos diversos ofícios pedindo agilidade, inclusive, com turnos de trabalhadores nos finais de semana”, afirmou Carvalho.

O diretor financeiro do Sindicam, Romero Costa, afirmou que os congestionamentos constantes na Alemoa prejudicam os autônomos. “Por causa da obra no Retão e da Alemoa travada, tem caminhão que leva de quatro a cinco dias para descarregar. O maior Porto da América Latina não tem estacionamento. Quando o caminhoneiro chega aqui, vê placa de ‘Proibido Estacionar’ onde só se trabalha com carga e descarga”.

A categoria alega que o trânsito no bairro entra em colapso diariamente e, por isso, reivindica à Prefeitura de Santos a construção do segundo acesso à Via Anchieta e uma regulação do trânsito de graneleiros.



O movimento também foi apoiado pelo presidente da Comissão de Assuntos Portuários, Marítimos, Indústria e Comércio da Câmara Municipal de Santos, vereador Francisco Nogueira (PT). “O Retão da Alemoa está praticamente intransitável e as obras ocorrem no meio da safra, o que atrapalha quem vem de fora e os autônomos da região”.

***Caminhoneiros reivindicam o fim dos congestionamentos e garantia de trabalho no transporte de contêineres Foto: Vanessa Rodrigues/AT***

### Crateras

Outra reclamação abrange as crateras no asfalto nas vias municipais de acesso aos terminais. Embora a manutenção e a pavimentação delas seja de responsabilidade da Prefeitura, a Ecovias providenciou um reparo paliativo nesta quarta-feira.

Em nota, a concessionária informou que uma equipe já faria reparos no pavimento do trecho de concessão. “Porém, durante os trabalhos, foram identificados alguns pontos graves ao redor que, embora estejam fora do trecho de administração da empresa, foram incluídos na programação”.

A Ecovias complementou que “a medida visa a segurança viária de todos os usuários que passam pelo local e também a melhor mobilidade dos veículos que, devido aos buracos, poderiam se locomover com dificuldade, afetando a fluidez no tráfego do SAI”.

### Garantia de trabalho



O presidente do Sindicam apontou ainda outras questões que motivaram a mobilização. “Queremos garantia de trabalho com a permanência da Ecoporto e da BTP, cujas concessões estão vencendo. Também pedimos que a Autoridade Portuária permita a instalação de empresas do ponto 1 ao 4, no Saboó, que licite o terminal STS10 e que nele seja respeitado o seguinte princípio: uma parte para grão, outra para celulose, uma terceira para a chamada pera rodoviária e, por fim, uma parte de contêiner”.

Carvalho ressaltou que os caminhoneiros que transportam contêineres vêm perdendo trabalho e espaço para outros segmentos. “Hoje, a categoria transporta, por mês, em torno de 12 mil contêineres entre cheios e vazios no Porto de Santos, mas já chegamos a transportar 35 mil em um mês”.

### Respostas

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que as obras de recuperação dos acessos à Alemoa terminarão na próxima terça-feira, com duas mãos de direção operando ao mesmo tempo. A data foi divulgada à imprensa após reunião, ontem à noite, da diretoria da APS com lideranças dos caminhoneiros. A primeira fase da obra de reforma do Retão da Alemoa já havia sido concluída, aumentando de quatro para seis as faixas de rolamento no trecho.

Sobre a mobilização dos caminhoneiros, a gestora do Porto de Santos disse que foram afetados somente serviços de desembarque direto de fertilizantes, que dependem dos autônomos e ficaram paralisados. Por sua vez, uma das empresas instaladas na Alemoa, a BTP, informou em nota que o dia de ontem teve redução significativa na entrada e saída de caminhões em seu terminal de contêineres, com impacto no fluxo de acesso às suas instalações. Já as operações de pátio e cais ocorreram normalmente.

Em relação aos estacionamentos, a APS explicou que há a previsão de convênio para repasse de três áreas no Porto voltadas ao estacionamento de caminhões ligados aos sindicatos de autônomos da região. Atualmente, os caminhoneiros locais utilizam seis áreas na Margem Direita (Santos) para estacionar seus veículos, na Alemoa, na Ponta da Praia e no Macuco.

Quanto aos demais pedidos dos trabalhadores, o presidente da APS, Anderson Pomini, disse que deu parecer favorável à renovação com a BTP e prorrogou o contrato com a Ecoporto, além de convocar uma reunião para os próximos dias para definir o formato de leilão do STS10, de modo a contemplar todas as atividades.

### Prefeitura

Também em nota, a Prefeitura esclareceu que “o acesso dos caminhões rumo ao cais santista se dá pelo viaduto e corredor viário da Alemoa, que é impactado pelo movimento de veículos pesados no Sistema Anchieta Imigrantes (SAI) e também nos trechos administrados pela APS”.

Ressalta que todo o tráfego rodoviário é feito por rodovias concedidas pelo Governo do Estado, entre elas, o SAI. “A partir dessas vias, o trânsito passa a ocorrer pelas avenidas perimetrais e vias internas do Porto de Santos, área sob jurisdição federal”.

O Município acrescentou que vem solicitando junto à Autoridade Portuária e aos governos Federal e Estadual a construção de uma terceira ligação rodoviária entre o Planalto e a Baixada Santista no SAI.

“O sistema atual apresenta níveis de serviço críticos, sobretudo em períodos de safra, e apenas a Via Anchieta permite o tráfego de caminhões. No que se refere a um novo acesso ao Porto, essa obra viária está incluída como compromisso de investimento da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips)”.



## MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

### ALVOAR INAUGURA FÁBRICA DE LEITE CONDENSADO NO CEARÁ

A unidade de leite condensado da Alvoar Lácteos pode processar 180 mil litros de leite por dia  
*Da Redação ME*



***A Alvoar Lácteos investiu R\$ 25 milhões para implantar a nova unidade em Morada Nova, no sertão cearense. Foto: Divulgação***

A empresa Alvoar Lácteos inaugurou uma unidade de produção de leite condensado no seu complexo fabril de Morada Nova, no sertão cearense. A 161 Km de Fortaleza, a fábrica fica na região do Vale do Jaguaribe, conhecida pela produção de leite. O investimento foi de R\$ 25 milhões. Lá, serão produzidos o leite condensado das marcas Betânia e Camponesa numa planta que tem a capacidade de processar 180 mil litros

de leite por dia.

“O complexo fabril da Alvoar Lácteos, em Morada Nova, é o maior e mais completo do Nordeste. Construímos esta unidade de produção de leite condensado para ampliar nossa capacidade produtiva, podendo receber e dar destino a todo leite produzido na região. Com esta ampliação, incentivamos o crescimento sustentável da cadeia de produção de leite da região”, resume o CEO da Alvoar Lácteos, Bruno Girão.

A unidade de produção de leite condensado da empresa começou a ser implantada em janeiro deste ano. Com a expansão, o complexo industrial de Morada Nova passa a processar, diariamente, 1,6 milhão de litros de leite por dia. Inicialmente, a planta já produzia toda a linha de lácteos da marca Betânia. Em junho deste ano, passou a fabricar a linha de leites UHT, leite em pó e creme de leite da marca Camponesa.

Os leites condensados que começaram a ser produzidos lá são: o semidesnatado da Betânia; o integral e semidesnatado da Camponesa. Segundo Bruno Girão, a ampliação da fábrica deve promover investimento em tecnologias para aumento da produtividade no campo e o incentivo para entrada de novos produtores. “O Nordeste corresponde a 75% dos clientes da Alvoar. A cada 50 litros de leite captado pela Alvoar, um emprego é gerado na Região. Pretendemos continuar investindo e contribuindo ativamente para o desenvolvimento do Nordeste”, afirma.

Quando a unidade de Morada Nova estiver em pleno funcionamento, vai gerar 3600 empregos. Isso deve ocorrer entre três e cinco anos, dependendo do crescimento do mercado.

#### **Mercado de lácteos**

A cesta de lácteos do Nordeste movimentou R\$ 12,4 bilhões apenas em 2022, de acordo com Nielsen Retail Index. Ainda de acordo com a mesma fonte, as marcas da Alvoar Lácteos estão entre as mais vendidas nas categorias leite UHT, iogurtes, leite em pó, creme de leite e leite condensado. Com a nova unidade, a Alvoar pretende consolidar o posicionamento das marcas no mercado nordestino, segundo informações da empresa.

Mais de 3500 produtores locais fornecem leite para a Alvoar Lácteos naquela região. Com sede em Fortaleza, a Alvoar é quinta maior empresa de laticínios do Brasil, sendo uma sociedade tripartite

entre a a Betânia Lácteos, a Embaré Indústrias Alimentícias S/A e o fundo de private equity Arlon Latam. A companhia é dona de marcas como a Betânia, Camponesa e a Caramelos Embaré.

O grupo comercializa 220 produtos em mais de 100 mil pontos de venda no Brasil e em mais de 40 países. No País inteiro, a companhia conta com cerca de 4 mil colaboradores diretos, 6.500 famílias de produtores e 12 cooperativas que fornecem matéria-prima para nove fábricas. A companhia tem 19 centros de distribuição.

*Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda*

*Data: 31/08/2023*

## APM TERMINALS QUER AJUDAR SUAPE A ROMPER A BARREIRA DE 1 MILHÃO DE TEUS

Investimentos da APM em Suape chegam no momento em que a capacidade do porto começa a ficar restrita

*Por Patrícia Raposo*



**Aristides Junior Diretor Presidente para o Porto Suape da APM Terminals Americas/Foto: divulgação**

Aguardando as últimas licenças para iniciar a implantação de seu Terminal de Uso Privativo (TUP) no Porto de Suape, a APM Terminals tem expectativa de começar a operar contêineres no atracadouro até julho de 2026. A empresa do Grupo Maersk chega com força. Aristides Júnior, diretor presidente para Suape da APM Terminals Américas, disse com exclusividade ao Movimento Econômico, que a empresa quer ajudar Suape a quebrar a barreira do 1 milhão de TEUs ( uma medida padrão utilizada para calcular o volume de um container) num futuro próximo.

A APM vai trazer uma operação integrada para Suape. A expectativa com o porto pernambucano é grande. “Suape está localizado no centro de um raio de 800km no Nordeste, uma região que é quase o PIB do Chile”, ressalta o diretor presidente, acrescentando que isso faz do complexo portuário um potencial hub regional para cargas containerizadas.

Para crescer, a APM aposta em novas rotas marítimas. “Quero ver linhas de navios norte-americanos e asiáticos chegando a Pernambuco. Mas, para isso, a infraestrutura precisa vir antes”, pontua Aristides Jr. Essa infraestrutura que a APM vai disponibilizar envolve investimentos de R\$ 1,6 bilhão na primeira de três etapas do projeto. Ao final de 10 anos, a empresa deve somar um aporte de R\$ 2,8 bilhões no atracadouro pernambucano.

### APM amplia capacidade

Esses investimentos chegam em bom momento. Não só porque Suape tem hoje a tarifa portuária mais cara do mundo, segundo a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários), mas porque um estudo do Centronave – uma associação de empresas de navegação que reúne companhias como a própria Maersk-, indica que em 2023, a demanda por cargas no país já deve superar a capacidade operacional (que corresponde a 70% do total) dos terminais, como revelou o Valor Econômico em recente reportagem. Em Suape, conforme apurou o Movimento Econômico, esse esgotamento pode ocorrer em 2027 caso não entre em cena um novo operador.

“Quando um terminal atinge 80% de sua capacidade, está na hora de acender a luz vermelha. Neste ponto, as chances de surgirem problemas são grandes”, explica o diretor presidente. No entanto, com o TUP da APM Terminals, a movimentação em Suape deve crescer 55% na fase inicial das operações, com os estimados 400 mil TEUs que devem ser movimentados pela companhia. E espaço não falta para crescer. A área do TUP tem capacidade para movimentar dois milhões de TEUs.



O terminal de contêiner da APM Terminals será o primeiro 100% eletrificado na América Latina. “Só não será zero em emissões de carbono porque os caminhões que nos atendem usam diesel”, ressalta Aristides Jr, que prepara sua mudança para o Recife, onde a empresa já mantém 12 funcionários cuidando da implantação do terminal.

O time local está ocupando provisoriamente parte das instalações do Estaleiro Atlântico Sul (EAS), de quem a APM adquiriu um terço da área para o TUP. A transação envolveu R\$ 455 milhões e contribuiu para amortizar em 40% a dívida do EAS, que está em recuperação judicial.

O TUP da APM abre um campo potencial para novos negócios na região, porque vai exigir novas estruturas na cadeia de logística, como armazéns e frigoríficos, impactando do mercado imobiliário às empresas de distribuição de mercadoria.



### Porto de Pecém

Os investimentos em Pernambuco, porém, não reduzem a atenção com outro terminal portuário da região, o porto cearense Pecém. Ali, a empresa mantém um terminal com os três maiores guindastes em operação no país. Capazes de empilhar até 10 contêineres, esses equipamentos estão ajudando a ampliar a movimentação no terminal cearense.

**Terminal de contêiner da APM Terminal no Porto de Pecém/Foto: ME**

“Pecém vem crescendo muito. Já movimentamos lá cerca de 500 mil TEUs”, ressalta Aristides Jr, explicando que no

Ceará o perfil do negócio segue exclusivamente voltado à cabotagem, com destaque para minérios, frutas, arroz e calçados. No Ceará, a empresa fez investimentos de R\$ 150 milhões.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 31/08/2023

Recursos serão aplicados como apoio financeiro para expansão e inovação de estruturas do setor

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou dois projetos que disponibilizarão cerca de R\$ 898 milhões para a ampliação e modernização de terminais portuários arrendados. A validação ocorreu durante a 9ª Reunião Extraordinária, que ocorreu nesta segunda-feira (28).

A Resolução do CDFMM com os projetos que obtiveram prioridade será publicada no Diário Oficial da União (dou) e as empresas estarão habilitadas a contratar o financiamento por meio dos agentes financeiros conveniados (BNDES, BB, CEF, BNB e BASA).

A Portaria MINFRA nº 1.460/2022, que aprova os procedimentos e regras para a concessão de prioridade pelo CDFMM, estabelece o prazo de 450 dias para a contratação do financiamento, no caso de novos projetos.



Os valores aprovados para os dois projetos foram 431.802.370,23 e R\$ 466.178.973,84. O Fundo pode financiar até 90% do valor dos projetos pleiteados. O custo do financiamento com recursos do FMM dependerá do percentual de conteúdo nacional e do tipo de embarcação, sendo essas condições definidas na Resolução CMN nº 5.031/2022.

### FMM

O Fundo da Marinha Mercante é administrado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, por intermédio do CDFMM, e visa prover recursos para o desenvolvimento tanto da marinha mercante como das indústrias de construção e reparação navais no país.

Para mais informações sobre a apresentação de pleitos ao CDFMM: [cdfmm@mpor.gov.br](mailto:cdfmm@mpor.gov.br)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 31/08/2023

## PORTOS - PORTO SEM PAPEL DISPONIBILIZA 13 DOCUMENTOS PARA ASSINATURA ELETRÔNICA NO GOV.BR

Serviço disponível na plataforma elimina custos e traz mais celeridade na autenticação de documentos

Os usuários do Porto Sem Papel (PSP) passam a ter mais praticidade e economia na hora de assinar documentos do setor portuário. Nesta quarta-feira (28), o portal PSP integrou 13 documentos à Assinatura Eletrônica GOV.BR, uma iniciativa dos ministérios de Portos e Aeroportos e da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A parceria elimina os custos ao público portuário da compra de Certificado Digital, além de acelerar os processos de validação de documentos.

O sistema Porto Sem Papel (PSP) foi criado para facilitar a análise e a liberação de mercadorias nos portos brasileiros. De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, a integração ao GOV.BR torna os processos mais simples e ágeis, já que o sistema reúne todas as informações compartilhadas sobre embarcações. “Os dados ficam concentrados numa única base e os usuários agora podem assinar os documentos eletronicamente de forma segura”, afirma França.

“A assinatura GOV.BR substitui a exigência de assinatura física para reconhecimento de firma, proporcionando comodidade e economia ao cidadão, que não precisa se deslocar para assinar ou reconhecer firma. Além disso, ela é gratuita e reconhecida legalmente”, afirma o secretário de Governo Digital do Ministério da Gestão, Rogério Mascarenhas.

### Como fazer

Para ter acesso à assinatura digital no GOV.BR é preciso possuir conta Prata ou Ouro na plataforma. O interessado em dispor desse serviço deve entrar no aplicativo GOV.BR e efetuar a biometria facial ou, então, acessar o GOV.BR – pelo app ou pela web – e fazer a identificação pelos seguintes bancos: Banco do Brasil, Banco Mercantil, Caixa, Banrisul, BRB, Bradesco, Sicoob, Santander, Itaú, Sicredi e Agibank.

As pessoas que tiverem biometria facial cadastrada na base do TSE terão a conta Ouro e as que tiverem biometria facial cadastrada na base da Senatran ou se identificarem pelas instituições bancárias terão a conta Prata.

### Entregas digitais PSP



Na última temporada de Cruzeiros de 2022/2023 o Atracadouro de Balneário Camboriú e a Instalação Portuária de Turismo de Porto Belo aderiram ao PSP otimizando as anuências das embarcações de turismo na região Sul. Em abril, o compromisso de dar mais transparência às informações foi concretizado no aprimoramento dos relatórios gerenciais e das consultas no PSP que também melhoraram a experiência do usuário numa interface moderna e intuitiva.

Novos serviços (APIs) também foram disponibilizados para propiciar a interoperabilidade entre os diversos sistemas da comunidade portuária possibilitando maior eficiência nos serviços portuários. O Porto Sem Papel segue em linha com a transformação digital e a simplificação dos processos de anuências das embarcações.

A modernização nos portos brasileiros é uma das frentes de trabalho do Governo Digital. Um dos times do Programa Startup GOV.BR, que objetiva acelerar os projetos digitais com maior impacto para a sociedade, atua no Sistema Porto Sem Papel, desenvolvendo uma série de funcionalidades para agilizar as operações portuárias.

***Confira abaixo os documentos que agora podem ser assinados eletronicamente pelo gov.br:***

### **Assinados pela Autoridade Sanitária (Anvisa):**

1. Termo de Controle Sanitário do Viajante (TCSV)

### **Assinados pela Autoridade Marítima:**

1. Passe de Saída para o Próximo Porto
2. Passe de Saída por Período

### **Assinados pela Agência de Navegação:**

1. Termo de Compromisso de Pagamento da TUF
2. Formulários da Autoridade Marítima para Despacho para o Próximo Porto:
  - 2.1. Notificação de Previsão de Chegada (2-A)
  - 2.2. Declaração Geral de Entrada (2-B)
  - 2.3. Pedido de Despacho para Próximo Porto (2-C)
  - 2.4. Declaração Geral de Saída (2-E)
3. Formulários da Autoridade Marítima para Despacho por Período
  - 3.1. Aviso de Entrada (2-H)
  - 3.2. Pedido de Despacho por Período (2-F)
  - 3.3. Aviso de Saída (2-I)
4. Outros Formulários da Autoridade Marítima:
  - 4.1. Registro de Alteração de Destino (2-K)
  - 4.2. Registro de Movimentação da Embarcação (2-J)

## GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

### TRÂNSITO - GOVERNO FEDERAL LANÇA ENQUETE INÉDITA PARA ESCOLHA DO TEMA DAS CAMPANHAS DE TRÂNSITO EM 2024

Pela primeira vez, população poderá opinar sobre a mensagem educativa de trânsito e conscientização a ser adotado por Senatran, órgãos de trânsito e entidades parceiras por mais segurança nas pistas de todo o país



**Interessados podem votar na enquete até 6 de setembro - Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil**

Os brasileiros poderão decidir pela primeira vez a mensagem a ser adotada pelas autoridades de trânsito e entidades parceiras em todo o país para conscientizar a população em prol da segurança viária. O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério dos Transportes, lançou uma enquete para que a população escolha o mote da campanha nacional de trânsito de 2024. A frase escolhida estará em todo o material educativo e de divulgação oficial a ser veiculado pelos

órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Para registrar seu voto, basta acessar a página da Semana Nacional de Trânsito e escolher, dentre as três opções disponíveis, a frase que melhor expressa o que a você quer que esteja na campanha do próximo ano: "A vida pede calma no trânsito"; "No trânsito, gentileza faz a diferença"; e "Paz no trânsito começa por você". O voto pode ser registrado até dia 6 de setembro.

#### Escolha aqui a melhor frase

De acordo com o secretário nacional de Trânsito, Aduardo Catão, a participação social é fundamental para contribuir com a diminuição dos números de mortes e lesões nas ruas no país, ajudando na reflexão sobre as atitudes atrás do volante e na criação de um ambiente mais seguro, inclusivo e democrático no trânsito. "Inserir a sociedade em todo o processo da campanha mostra que estamos empenhados em ouvir e resolver as necessidades de todos. Trabalhamos para garantir segurança e promover a vida", destacou.

A mensagem escolhida pelo voto popular será encaminhada ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran), órgão responsável por editar a resolução que trata sobre o tema a ser usado nas campanhas educativas do próximo ano.

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF**  
**Data: 31/08/2023**

### RODOVIAS - NOVO PAC DÁ LARGADA PARA CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA PONTE QUE LIGARÁ BRASIL E URUGUAI

"Esse é um compromisso histórico do governo do presidente Lula, que já havia se alinhado ao presidente uruguaio para melhorar a estrutura na região da fronteira", afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho

Demanda histórica para aumentar a integração entre Brasil e Uruguai, a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, na BR-116/RS, está mais próxima de se tornar realidade com o Novo PAC. O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (31), o edital que abre a licitação para a contratação da empresa que ficará



responsável pela elaboração dos projetos e pela execução das obras, que incluem o acesso do lado brasileiro e a aduana brasileira. A abertura das propostas está marcada para 16 de outubro, às 15 horas.

- Estrutura de 419 metros de extensão vai ligar as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai;
- Com ela, o trânsito pesado da ponte Barão de Mauá – única ligação rodoviária entre os municípios atualmente - será desviado;
- Quem trafega pela região contará com mais segurança e fluidez viária.
- O projeto deve contemplar os seguintes lotes: BR-116/RS; trecho: Divisa SC/RS (Rio Pelotas) - Jaguarão (Fronteira Brasil/ Uruguai); subtrecho: entroncamento com a RS-602 (p/ Arroio Grande) - Jaguarão (Fronteira Brasil/ Uruguai); Segmento: km 0,0 - km 9,2;
- O prazo para execução do projeto é de 1.260 dias.

“Esse é um compromisso histórico do governo do presidente Lula, que já havia se alinhado ao presidente uruguaio para melhorar a estrutura na região da fronteira, e que será fundamental para estreitar não só o tráfego de pessoas e cargas entre os países, mas para fortalecer as relações bilaterais e integradas entre os países”, destacou o ministro dos Transportes, Renan Filho, que vem defendendo a construção de uma agenda em comum para o Mercosul no setor de infraestrutura de transportes desde o início da gestão.

Em maio, o Brasil se tornou membro permanente do Fórum Internacional de Transportes (ITF – Transport Enabling Sustainable Economies), entidade que reúne 66 países e discute o presente como forma de projetar o futuro dos transportes em todo o planeta. Na ocasião, o ministro Renan Filho defendeu que, sob a ótica brasileira, será essencial trabalhar em conjunto com os países vizinhos por um plano de transportes integrado, que considere a realidade de cada nação.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF*  
*Data: 31/08/2023*



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – FORTALECENDO LAÇOS**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A recente iniciativa de um grupo diversificado, composto por empresários, investidores, profissionais liberais e acadêmicos, de encaminhar uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pedindo a abertura de um escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em Portugal, traz à tona a relevância de uma colaboração estratégica entre as duas nações.

O Brasil, com sua economia dinâmica e variada, está se afirmando cada vez mais como um protagonista no cenário global. Nesse contexto, a proposta de estabelecer uma presença da ApexBrasil em Portugal se alinha perfeitamente com a visão de uma nação que busca ampliar seus horizontes comerciais e fortalecer laços internacionais.

A intenção já havia sido manifestada pelo presidente Lula durante sua missão em Portugal, enfatizando que tal ação serviria como um sinal claro da seriedade e profundidade das relações bilaterais entre os dois países. No entanto, essa não é apenas uma medida simbólica. A abertura de um escritório da ApexBrasil em Portugal pode efetivamente impulsionar as oportunidades de exportação e investimento tanto para empresas brasileiras quanto para as portuguesas.



O comércio internacional está se tornando cada vez mais competitivo e complexo. Nesse contexto, uma estrutura profissionalizada como a da ApexBrasil, com sua vasta experiência na promoção comercial e nos investimentos internacionais, pode ser um facilitador crucial para empresas em busca de novos mercados e oportunidades de negócios.

Além disso, a criação de um escritório da ApexBrasil em Portugal pode fortalecer os laços econômicos e políticos entre os dois países. Portugal, com sua localização estratégica e vínculos históricos com o Brasil, pode servir como uma porta de entrada para o mercado europeu e outros mercados internacionais, enquanto o Brasil pode oferecer oportunidades atrativas para investidores portugueses.

A carta do grupo destaca não apenas a importância da instalação do escritório, mas também a necessidade de apoio governamental e políticas públicas que facilitem a exportação de mercadorias e a redução de barreiras comerciais. Isso demonstra uma compreensão clara dos desafios que enfrentam as empresas nos mercados internacionais e a busca por soluções eficazes.

Em resumo, a abertura de um escritório da ApexBrasil em Portugal tem o potencial de ser um passo estratégico para aprimorar as relações comerciais e políticas entre esses dois países irmãos. A colaboração mútua pode fortalecer a economia de ambos e abrir novas portas para empresas que buscam crescimento global. É um momento oportuno para reforçar esses laços e estabelecer uma parceria ainda mais sólida e benéfica.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 31/08/2023*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **SERVIÇO DE BORDO 1**

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França (PSB), foi convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para acompanhá-lo, nesta manhã, em viagem ao Piauí, onde ocorrerá o lançamento do programa Brasil Sem Fome. O convite também foi feito ao ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT). No voo de Brasília até o estado nordestino, o presidente terá condições de debater a reforma ministerial com os dois, que devem deixar seus atuais cargos e assumir novas funções. França poderá comandar a pasta da Ciência e Tecnologia ou a da Micro e Pequena empresa, que ainda será criada. Já Dias ficará com o ministério que será implantado para cuidar do Bolsa-família.

### **SERVIÇO DE BORDO 2**

A reforma ministerial terá o objetivo de abrir espaço para o Republicanos e o PP no Governo. A ideia de Lula é colocar o deputado federal Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) como o novo ministro de Portos e Aeroportos e chamar o deputado federal André Fufuca (PP-MA) para o Desenvolvimento Social, que perderá o Bolsa-família.

### **DESESTATIZAÇÃO NÃO**

Um dos principais políticos do Republicanos atualmente, o governador de São Paulo, Tarcísio Gomes de Freitas, deixa claro que ainda defende a desestatização da gestão do Porto de Santos - projeto desenvolvido por ele quando ministro da Infraestrutura no governo passado. Mas o tema é muito criticado por grupos petistas. Cotado para ser o novo ministro de Portos e Aeroportos, o deputado federal Sílvio Costa Filho não quer passar a impressão de que seguirá a ideia de Tarcísio. Assim, nos últimos dias, tem deixado claro a interlocutores do Planalto que é contrário à proposta.

### **NOVA PROPOSTA**

Costa Filho e Fufuca se reuniram com os ministros das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e da Casa Civil, Ruy Costa, no Palácio do Planalto na tarde de ontem. Os ministériáveis apresentaram uma nova proposta de reforma, que prevê, principalmente, deixar Wellington Dias no

Desenvolvimento Social e colocar Fufuca no Ministério dos Esportes, que seria ampliado e passaria a ser chamar dos Esportes, da Juventude e do Empreendedorismo, unindo o dos Esportes e a das Micro e Pequenas Empresas, que seria criada, como já anunciou Lula. O plano ainda prevê deixar Costa Filho em Portos e Aeroportos e recolocar o titular da pasta, Márcio França, em Ciência e Tecnologia.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 31/08/2023**

## NACIONAL -LULA ADIA ANÚNCIO DA REFORMA MINISTERIAL

Expectativa era de que as mudanças seriam divulgadas até quarta-feira

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**Cotado para substituir o ministro Márcio França na pasta de Portos e Aeroportos, o deputado federal Silvio Costa Filho, do Republicanos, tem evitado falar sobre o assunto**  
**Crédito: Reprodução/Instagram/Silvio Costa Filho**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva adiou, mais uma vez, o anúncio da reforma ministerial para abrigar os partidos Republicanos e Progressistas na Esplanada. De acordo com líderes do Governo no Congresso Nacional, a expectativa era de que as mudanças aconteceriam até quarta-feira, 30.

A especulação sobre as mudanças foi um dos assuntos da quarta-feira no Congresso. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT/BA), chegou a afirmar que o anúncio poderia ser feito até o final do dia, o que não aconteceu.

De acordo com parlamentares, o imbróglio gira em torno da pasta de Desenvolvimento Social, de Wellington Dias. As siglas Republicanos e Progressistas querem o Ministério, mas o PT não deseja abrir mão, pois a pasta abriga o programa social Bolsa Família, que é um dos principais redutos eleitorais de Lula.

No desenho da nova Esplanada, o ministro Márcio França, de Portos e Aeroportos, pode ir para o Ministério de Ciência e Tecnologia. Com isso, o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos/PE) assume a pasta.

Costa Filho tem evitado falar sobre a sua possível nomeação. Procurado na tarde e na noite de quarta-feira na Câmara dos Deputados, durante a votação da desoneração da folha, ele não foi visto.

No Congresso, alguns parlamentares afirmam nos bastidores que a reforma ministerial vai demorar mais alguns dias. A configuração mais atual também inclui a ministra Luciana Santos migrando para o futuro Ministério de Micro e Pequenas Empresas e a ex-deputada Margareth Coelho, aliada do presidente da Câmara dos Deputados, na presidência da Caixa Econômica.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 31/08/2023**

## ECORODOVIAS ASSINA ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-101/ES/BA

Da Redação [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

**Acordo estabelece condições de prestação de serviços e responsabilidades de ambas as partes durante o período de relicitação**

A Eco101, subsidiária da EcoRodovias, anunciou na quarta-feira (30) a assinatura do terceiro termo aditivo ao seu contrato de concessão com a União, através da Agência Nacional de Transportes

Terrestres (ANTT). O acordo foi estabelecido para definir as condições de prestação de serviços e as responsabilidades de ambas as partes durante o período de relicitação da rodovia BR-101/ES/BA.

O termo aditivo entrará em vigor após um período de 180 dias, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União. Essa demora é necessária para permitir a conclusão das avaliações detalhadas e viáveis que visam adaptar e otimizar o Contrato de Concessão.

Caso seja possível viabilizar essa alternativa, mediante aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU), o termo aditivo atual será encerrado. Em seu lugar, será elaborado um novo termo aditivo que tratará da otimização e readequação do Contrato de Concessão.

Entretanto, caso essa alternativa não se mostre viável, o processo de relicitação conforme previsto no termo seguirá seu curso. Quaisquer impactos econômicos e financeiros resultantes desse processo de relicitação serão registrados nas demonstrações financeiras a partir do início da vigência do termo aditivo.

A Eco101 assegura que continuará a operar o trecho concedido, priorizando a segurança e o interesse dos usuários da Rodovia BR-101/ES/BA, conforme destacado no fato relevante.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 31/08/2023**

## **NACIONAL - EM CARTA, EMPRESÁRIOS PEDEM AO GOVERNO BRASILEIRO ESCRITÓRIO DA APEX**

Em abril deste ano, o presidente Lula já havia anunciado a intenção de instalar um posto da agência em Lisboa

Por **VANESSA PIMENTEL** [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



***O documento foi entregue pelo representante do grupo, André Barbieri, diretor do Banco Master, ao presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, que deverá repassá-lo ao presidente Lula Crédito: Divulgação***

Cerca de 100 pessoas, entre empresários, investidores, profissionais liberais e acadêmicos encaminharam, no último dia 25, em Luanda, Angola, uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo a abertura de um escritório da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) em Portugal.

O documento foi entregue pelo representante do grupo, André Barbieri, diretor do Banco Master, ao presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, que deverá repassá-lo ao presidente Lula.

Em abril deste ano, durante uma missão ao país lusitano, o presidente Lula já havia anunciado a intenção de instalar um escritório da Apex em Lisboa. Na ocasião, o presidente disse que a medida mostraria a seriedade da relação entre Brasil e Portugal.

Na carta encaminhada ao Governo, o grupo agradece aos esforços que o presidente têm feito para incrementar a relação comercial e política do Brasil com outros países e cita acreditar que o país pode ter uma participação “bem mais relevante” no comércio internacional.

Reafirmam o apoio à instalação de uma sede da Apex em Portugal, destacando que uma estrutura profissionalizada e experiente no país seria fundamental em um cenário global cada vez mais competitivo e auxiliaria o crescimento de empresas nacionais rumo a novos mercados na Europa.





Ainda no documento, o grupo encoraja a ampliação do apoio governamental e políticas públicas que facilitem a exportação de cargas e ressalta a importância de acordos comerciais e parcerias estratégicas que reduzam barreiras comerciais e facilitem trâmites aduaneiros.

### **Confira a carta na íntegra:**

*“Inicialmente, o cumprimos pelos esforços que Vossa Excelência tem pessoalmente empreendido para o incremento da relação comercial e política do Brasil com o mundo.*

*Acreditamos que nosso país, especialmente pelo potencial das empresas nacionais, pode ter uma participação bem mais relevante no comércio internacional, que gera divisas e fomenta o desenvolvimento.*

*Nesse contexto, como brasileiros, interessados no mercado português e europeu, celebramos a realização da cúpula Brasil-Portugal de 2023, que inaugurou formalmente uma fase do diálogo institucional do Brasil com Portugal, país irmão que representa uma valorosa ponte brasileira com a Europa e com os ideais fundamentais que nos unem.*

*O anúncio público, feito por Vossa Excelência, da instalação de um escritório da ApexBrasil em Portugal, no intuito de alargar essa ponte e conferir materialidade às oportunidades, foi particularmente alvissareiro. Os signatários desta carta, independentemente de questões ideológicas, têm o entusiasmo de expressar o firme apoio à intensificação da política pública que vise promover e incentivar as empresas brasileiras a exportarem seus produtos para a Europa e realizarem investimentos conjuntos com os contratantes europeus.*

*Nesse contexto, o apoio de uma estrutura profissionalizada e experiente a ser montada na ApexBrasil seria fundamental. Em um cenário global cada vez mais competitivo, a expansão dos mercados de exportação é fundamental para a sustentabilidade e crescimento das empresas nacionais.*

*A Europa, como um dos principais polos econômicos do mundo, oferece oportunidades significativas para o fortalecimento da nossa economia por meio da exportação de bens e serviços. A diversificação das relações comerciais não apenas impulsiona os setores produtivos, mas também aumenta a resiliência da economia brasileira a flutuações e choques internacionais.*

*Sendo Portugal nossa pátria irmã na língua, e, sendo a língua nossa pátria, como disse Fernando Pessoa, nos parece ser o local ideal para funcionar como facilitador para os negócios brasileiros na Europa, em especial na nova realidade com a implementação do acordo comercial União Europeia-Mercosul.*

*Portanto, encorajamos veementemente a ampliação do apoio governamental e das políticas públicas que visem facilitar o processo de exportação para a Europa: financiamento facilitado, assistência técnica e capacitação empresarial são alguns dos recursos que podem ser disponibilizados para tornar essa iniciativa um sucesso.*

*Além disso, a promoção de acordos comerciais e parcerias estratégicas com países europeus é fundamental para a redução de barreiras comerciais e facilitação dos trâmites aduaneiros. Essas são tarefas importantes que demandam coordenação e foco local e podem ser mais efetivamente executadas após a materialização do escritório da ApexBrasil em Portugal.*

*Empresários, investidores, profissionais liberais e acadêmicos que diretamente, ou indiretamente — através das suas empresas, instituições, clientes e publicações — atuam para expandir o mercado dos produtos e serviços brasileiros em Portugal e na Europa”.*

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 31/08/2023**

## REGIÃO SUDESTE - APÓS PARALISAÇÃO DE CAMINHONEIROS, APS GARANTE CONCLUSÃO DE OBRAS

Diretoria da Autoridade Portuária esteve reunida com entidades que representam os profissionais avulsos

Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



*A diretoria da Autoridade Portuária de Santos se reuniu na quarta-feira com membros de entidades que representam os caminhoneiros autônomos na sede da empresa pública Crédito: Divulgação/APS*

Em reunião realizada na noite de quarta-feira (30), a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que as obras de recuperação dos acessos rodoviários ao bairro

Alemoa, local para entrada e saída do Porto de Santos (SP), serão concluídas em 5 de setembro, com a entrada em operação de duas mãos de direção ao mesmo tempo. A diretoria se reuniu com caminhoneiros avulsos do Sindicam (Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira) e da CooperSantos, que paralisaram as suas atividades durante a quarta-feira.

Entre as reivindicações da categoria estão a permanência dos terminais da Brasil Terminal Portuário (BTP) e da Ecoporto, com as renovações de concessão por parte do Governo Federal e da APS; licitação do STS 10 para movimentação de contêineres; finalização das obras da Avenida Engenheiro Augusto Barata, que dá acesso à entrada e saída de caminhões no Porto de Santos.

Durante o encontro, realizado na sede da companhia pública, o diretor-presidente Anderson Pomini informou aos caminhoneiros que deu parecer favorável à renovação das operações da BTP e prorrogou as atividades do terminal da Ecoporto, ambos localizados na margem direita do cais santista, dedicados à movimentação de contêineres.

“O presidente defendeu um formato do STS 10 que permita a permanência dos dois terminais de contêineres, incluindo ainda o Terminal de Passageiros (Concais), atendendo assim a reivindicação da categoria dos avulsos, que fez manifestação na parte da manhã pedindo o aumento de oferta da carga com a qual trabalham”, informou a APS em nota.

Os caminhoneiros também estão temerosos com os rumores sobre a possível mudança no comando do Ministério de Portos e Aeroportos e queriam garantias de que as empresas BTP e Ecoporto não deixariam o complexo.

Pomini disse aos profissionais que a decisão final cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU), onde está o processo. “O TCU é um órgão independente e acredito que esta decisão está próxima”, disse.

### STS 10

A diretoria da APS também divulgou que convocará reunião interna nos próximos dias para definir o formato do STS 10, de modo a contemplar todas as atividades dos terminais, prevendo, inclusive, expansão das áreas para contêineres na licitação a ser realizada.

Antes da reunião na sede da Autoridade Portuária, a categoria esteve na Prefeitura de Santos, onde se reuniu com o prefeito Rogério Santos (PSDB), que se comprometeu a levar a demanda dos caminhoneiros avulsos aos governos federal e estadual.



Ao BE News, o presidente do Sindicam-Santos, Luciano Santos de Carvalho, disse que a categoria teve reuniões proveitosas com a Prefeitura e a Autoridade Portuária, nas quais as reivindicações foram ouvidas. Ele revelou, ainda, que terá um encontro com o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) ainda nesta semana.

### Manifestação

Os caminhoneiros fizeram uma manifestação nesta quarta-feira, após terem anunciado a paralisação das atividades na região portuária da cidade. Segundo a categoria, o protesto foi motivado por problemas de logística e congestionamento de tráfego no local.

Todo o ato, que ocorreu de forma pacífica, foi acompanhado por equipes da Guarda Portuária, da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Santos), da Polícia Militar e da concessionária Ecovias.

A APS informou que a manifestação dos caminhoneiros não causou interdição das vias que dão acesso ao Porto de Santos e, por essa razão, a maioria das operações de embarque e desembarque de cargas nos navios não foi prejudicada.

Entretanto, segundo a empresa pública, os serviços de desembarque direto de fertilizantes, que dependem da atuação dos caminhoneiros autônomos, estiveram paralisados.

Por meio de nota, a Prefeitura de Santos informou que todos os trechos reivindicados pelos caminhoneiros são ou de área federal ou do Governo do Estado, que são responsáveis por futuras obras e demais melhorias rodoviárias.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 31/08/2023*

### REGIÃO SUDESTE - DP WORLD OFERECE SERVIÇOS DE SAÚDE E SEGURANÇA GRATUITOS PARA CAMINHONEIROS EM SANTOS

É o 10º ano em que o terminal atua em prol dos motoristas de caminhão no Porto de Santos

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

A DP World, que opera um terminal multipropósito no Porto de Santos (SP), realiza neste dia 31 de agosto uma nova edição do programa Motorista Legal. A empresa, que comemora uma década de atividades no complexo portuário, realiza a ação todos os anos com o objetivo de atualizar e reforçar medidas de segurança, além de oferecer cuidados com a saúde e bem-estar aos motoristas de caminhão que acessam o terminal.

Segundo a DP World, essa é uma forma de prezar pelos profissionais da categoria que, diariamente, prestam um serviço essencial para o desenvolvimento do país.

Neste ano, a edição começou no dia 29 e segue até esta quinta-feira (31), das 10 às 16h, e é aberto para todos os caminhoneiros que estiverem nas instalações do terminal.

Na programação da campanha estão inclusos serviços básicos de saúde, como aferição da pressão arterial, testes de glicemia, colesterol e acuidade visual (teste de visão), além de questionário do sono.

Os motoristas também podem fazer um corte de cabelo com um profissional e passar por uma indução de segurança, que visa alertar sobre as práticas que devem ser respeitadas dentro e fora das instalações portuárias. Ao final da ação, haverá o sorteio de um prêmio.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 31/08/2023*

### REGIÃO NORDESTE - ZPE CEARÁ COMPLETA 10 ANOS E LANÇA NOVO SISTEMA AUTOMATIZADO

Inovação permite registro de veículos e cargas de forma automática, sem interferência de pessoas  
Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)



**Com 6.182 hectares de área para investimentos e mais de 3 mil empregos diretos gerados, a free trade zone é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e industrial do Estado cearense**

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, pioneira no país, completou nesta quarta-feira (30), 10 anos de operação oficial. Para comemorar, a gestão do ativo

lançou a completa automatização de processos no gate responsável pelo fluxo entre a Área de Despacho Aduaneiro e a área industrial.

A inovação permite que o chamado gate RTM (Relação de Transferência de Mercadoria), registre a movimentação do veículo e da carga de forma automática, sem a interferência de pessoas. Quando o veículo chega ao gate, o Sistema Integrado de Controle Aduaneiro (SICA) detecta o agendamento de carga através da leitura da placa do veículo, liberando o acesso. Essa etapa pula uma parte do processo logístico e tem como finalidade a celeridade do processo, a modernização da estrutura física e do sistema.

Desde o início deste ano, a ZPE tem feito aperfeiçoamentos tecnológicos, incluindo também a modernização do seu sistema de videomonitoramento com câmeras de resolução 4K e o aprimoramento de cancelas dos gates, o que reduziu o tempo para as movimentações de vistoria.

Com 6.182 hectares de área para investimentos e mais de 3 mil empregos diretos gerados, a free trade zone é um importante instrumento para o desenvolvimento econômico e industrial do Estado cearense, impulsionando as exportações do Ceará ao longo da última década.

“Estamos muito orgulhosos com os 10 anos da ZPE Ceará, essa que foi uma iniciativa ousada e visionária do Governo do Estado. Fomos praticamente um laboratório de ZPEs no País e movimentamos, nesta década, quase 80 milhões de toneladas de cargas, contribuindo decisivamente para a balança comercial cearense. Cerca de 50% de tudo o que é exportado pelo Ceará passa pelos gates da ZPE, o que evidencia que estamos cumprindo, plenamente, a nossa função de política pública”, celebrou o presidente da ZPE Ceará, Eduardo Neves.

Concebida em 22 de setembro de 2010, pela Lei Estadual nº 14.794/2010, a ZPE Ceará levou três anos para efetivamente iniciar suas atividades, o que veio a acontecer em 30 de agosto de 2013. O tempo de planejamento foi considerado fundamental para que a área se estruturasse adequadamente e se tornasse referência nacional para todos os estados que querem ter sua própria ZPE.

#### **Novas áreas para investimentos**

A ZPE Ceará também conta com o Setor 2, uma área com 1.911 hectares, localizada no município de Caucaia, pronta para receber novos investimentos, incluindo os projetos voltados ao Hidrogênio Verde. Inclusive, três pré-contratos já foram assinados visando a instalação de unidades fabris para a produção de H2V na área, com as empresas Fortescue, AES Brasil e Casa dos Ventos.

O local também receberá a Portocem, uma usina termelétrica movida a gás natural, e a refinaria de petróleo da empresa Noxis Energy. Somados, esses projetos correspondem a investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões nos próximos anos.

As empresas que se instalam em uma ZPE têm acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo especiais. Além disso, esses empreendimentos contam com segurança jurídica e procedimentos burocráticos simplificados.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/08/2023

### REGIÃO NORDESTE - CÂMARA DOS DEPUTADOS LANÇA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DAS ZPES

Por VANESSA PIMENTEL [vanessa@portalbenews.com.br](mailto:vanessa@portalbenews.com.br)

A Câmara dos Deputados lançou na quarta-feira (30) a Frente Parlamentar em Defesa das Zonas de Processamento de Exportação. A iniciativa visa discutir e fortalecer o regime de ZPEs no Brasil, com o objetivo de deixar o modelo ainda mais competitivo e ampliar áreas neste regime pelo país. Referência nacional, a ZPE Ceará participou do evento, em Brasília, representada por seu presidente, Eduardo Neves, e por seu diretor de governança, Luís Simões.

A criação da Frente foi uma iniciativa do deputado federal Florentino Neto (PT), que também foi nomeado como presidente do grupo, e contou com apoio de 218 deputados de várias regiões do país. Estavam presentes na cerimônia representantes dos estados do Ceará, Piauí, Minas Gerais, Mato Grosso, além da secretária executiva substituta do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, Ana Carolina Meneghetti, e do presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (ABRAZPE), Elson Braga.

A frente terá na vice-presidência o deputado federal Júlio César (PSD) e o deputado federal Hugo Leal (PSD), e o secretariado pela deputada federal Lidice da Mata (PSD).

Florentino Neto ressaltou a escassez de ZPEs no Brasil, que conta com apenas dois ativos do tipo com alfandegamento autorizado: a ZPE Ceará e a ZPE Parnaíba, no Piauí. O Maranhão, em breve, também deve ter a sua ZPE, já que concluiu a documentação necessária para instalação da área, faltando somente a autorização do Governo Federal.

“Isso dará às ZPEs um protagonismo maior, uma capacidade de fomentar a cultura exportadora e reduzir os desequilíbrios regionais”, disse Eduardo Neves, presidente da ZPE Ceará.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 31/08/2023

### REGIÃO SUL - APÓS CONCLUSÃO DE DRAGAGEM, ANTONINA AUMENTA CALADO PARA 9 METROS

Segundo Autoridade Portuária, ganho operacional após obras foi de 0,5 metro

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**A aprovação do novo calado para o Porto de Antonina é resultado da última campanha de dragagem, aliado ao estudo da Praticagem sobre as condições de maré** Fotos: André Kazé/Porto Ponta do Félix

A Portos do Paraná atualizou nesta semana a Norma de Tráfego Marítimo e Permanência nos portos de Paranaguá e Antonina, cujo principal ajuste foi no aumento de calado operacional no cais de Antonina. Com a conclusão da dragagem dos berços, bacia de evolução e canal de acesso, o ganho foi de 0,5 metro, passando

de 8,5m para 9 metros.

O calado trata-se da profundidade em que as embarcações podem ficar submersas na água, quando carregadas. Com o anúncio do aumento, os navios poderão entrar ou sair mais carregados, garantindo mais atratividade para o Porto de Antonina, conforme explicou a Autoridade Portuária.

Para o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, o ganho representa, diretamente, mais carga e menor custo para os usuários do Porto de Antonina.

“Por contrato, é nossa responsabilidade manter o canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Antonina dragados e adequado às dimensões. Esses 9 metros são mais um avanço que conquistamos em parceria com a Praticagem, as empresas de rebocadores e a Marinha do Brasil. Estamos desenvolvendo, cada vez mais, não apenas Paranaguá, mas também Antonina, garantindo melhores condições e mais oportunidades de negócios”, afirmou.

Nos dois berços de Antonina, onde opera a empresa arrendatária Porto Ponta do Félix, podem atracar navios de 200 metros de comprimento (LOA) e 34 metros de largura (boca).

“O aumento do calado representa, pelo menos, 4 mil toneladas a mais em cada navio. Isso tem um impacto enorme na arrecadação do município, geração de mais renda e trabalho dentro da atividade portuária e chega até o setor produtivo”, analisou Gilberto Birkhan, presidente do Porto Ponta do Félix.

### Dragagem

A aprovação do novo calado para o Porto de Antonina é resultado da última campanha de dragagem, aliado ao estudo da Praticagem sobre as condições de maré.

A atividade integra a atual fase do Programa de Dragagem de Manutenção, que começou em 2019, aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“Em junho, concluímos com êxito a dragagem de manutenção do acesso à Antonina. Em conformidade com a nova norma estabelecida, que governa as manobras com calado de nove metros, torna-se obrigatório que os navios fundeiem até obterem condições adequadas de corrente, vento e maré para as manobras de atracação”, comentou Victor Kengo, diretor de Engenharia da Portos do Paraná.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 31/08/2023**

## REGIÃO SUL - REVITALIZAÇÃO DE TERMINAL DE GRANÉIS LÍQUIDOS DO PORTO DE IMBITUBA É INAUGURADA

Nova estrutura do local recebeu investimentos de cerca de R\$ 15 milhões da Fertisanta



**Segundo a Autoridade Portuária, o TGL tem uma área de aproximadamente 7.500 m<sup>2</sup> e conta, além dos três tanques, com 806 metros de dutos de alimentação**  
**Foto: Divulgação/Ícaro Braga**

Foi inaugurada na última semana a revitalização do Terminal de Granéis Líquidos (TGL), localizado no Porto de Imbituba, em Santa Catarina. A nova estrutura contou com investimentos de cerca de R\$ 15 milhões, previsto no arrendamento assinado em 2022, após leilão da área para contrato de dez anos,

realizado pela Fertisanta.

A empresa revitalizou toda a estrutura e recuperou totalmente dois dos três tanques de armazenamento existentes no local, construindo novos tanques e mais do que dobrando a capacidade de atendimento de cargas do tipo granel líquido.

Até então, o terminal operava com apenas um dos tanques. Atualmente, o TGL tem operação de produtos como soda cáustica e óleo de girassol.

“Nós sabemos o quão importante é essa conquista para a cidade e para Santa Catarina, afinal, amplia o portfólio de cargas do Porto e é um segmento muito importante, pois atende a indústria catarinense”, destacou Beto Martins, secretário estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias.

Segundo a Autoridade Portuária, o TGL tem uma área de aproximadamente 7.500 m<sup>2</sup> e conta, além dos três tanques, com 806 metros de dutos de alimentação, permitindo o transporte da carga diretamente do navio para o terminal. Além disso, possui equipamento para carregamento de veículos de transporte rodoviário.

“Essa entrega chega para qualificar ainda mais as operações no Porto de Imbituba, que já vêm em uma linha de crescimento, trazendo maior eficiência para o uso da estrutura portuária e permitindo o desenvolvimento regional com mais produtividade, emprego e renda”, afirmou Christiano Lopes, diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos da SCPAR Porto de Imbituba, que representou a Autoridade Portuária na solenidade.

Philippe Huybrechs, CEO da Manuchar, principal acionista da Fertisanta, destacou a história da empresa belga em Imbituba e as oportunidades que o porto e a cidade catarinense trouxeram para a companhia.

“Para poder servir os exportadores e importadores você tem que ter ferramentas, de preferência, dentro do Porto, e é um grande orgulho poder inaugurar hoje esse terminal, pois era a peça que precisava ser completada para oferecermos o serviço completo logístico”, afirmou o executivo.

O evento contou com a presença de autoridades como o prefeito de Imbituba, Rosivaldo Júnior (PSB), e o do Conselho de Administração do Porto, Alexandre Amim Salum Jr., clientes e fornecedores da arrendatária, além de integrantes da comunidade portuária de Imbituba e de Santa Catarina.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

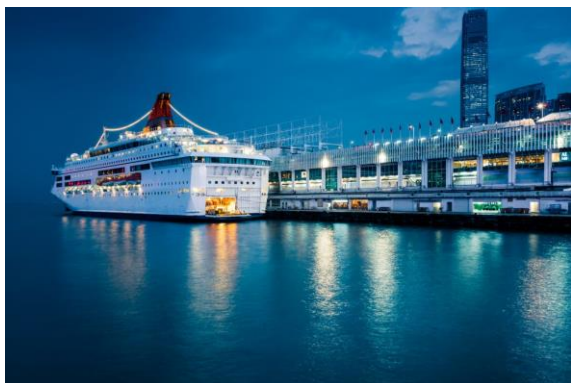
*Data: 31/08/2023*



## O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

### TEMPORADA DE CRUZEIROS 2022/2023 INJETOU R\$ 5,1 BILHÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA

*Informações: BoqNews (31 de agosto de 2023)*



*Imagem de fanjianhua no Freepik*

Os cruzeiros estão ganhando, cada vez mais, o coração dos turistas no Brasil.

A Temporada de Cruzeiros 2022/2023 envolveu 802.758 turistas que ajudaram a movimentar R\$ 5,1 bilhões na economia brasileira.

O levantamento, produzido em parceria entre a CLIA Brasil e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), também aponta que cada a 1 real investido no setor movimentou R\$ 4,05 na economia nacional.



O gasto médio por pessoa com a compra da viagem de cruzeiro foi de R\$ 5.073,51 e o tempo médio da viagem foi de 4,9 dias.

Contudo, a média de impacto econômico gerada nas cidades de escala foi de R\$ 639,37 e de R\$ 813,56, nas cidades de embarque e desembarque.

Além disso, o setor gerou R\$ 546,2 milhões em tributos, nas esferas federal, estadual e municipal (esse índice ficou em 213 milhões na temporada anterior).

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 31/08/2023*

## **OPERAÇÃO “FRATERO” FORTALECE LAÇOS DE COOPERAÇÃO ENTRE AS MARINHAS DO BRASIL E ARGENTINA**

*Informações: Agência Marinha de Notícias (31 de agosto de 2023)*

***Nesta 36ª edição, foram realizados exercícios operativos que aprimoram a interoperabilidade entre as duas Forças Navais***

A 36ª edição da Operação Fraterno, que envolveu a Marinha do Brasil e a Armada da República Argentina, chegou ao seu término com saldo positivo. Entre 8 e 31 de agosto, foram realizados exercícios militares entre as duas Forças Navais, visitas a portos logísticos estratégicos, além de visitas públicas às Fragatas da MB. A troca de conhecimentos e experiências fortaleceu a capacitação dos militares envolvidos, contribuindo para a promoção mais eficaz da segurança marítima na região e a estabilidade no continente.

Militares brasileiros e argentinos realizaram diversos exercícios operativos em alto mar, tais como: exercícios de navegação em baixa visibilidade; trânsito sob ameaça aérea e de superfície; operações com submarino; “Leap Frog”, quando é treinada a manobra de aproximação e a manutenção da posição relativa dos navios; “Light-line”, onde é exercitada a manutenção da distância entre dois navios, por intermédio de cabo de distância; operações aéreas, tiro de superfície, tiro antiaéreo sobre granada iluminativa, manobras táticas, entre outros treinamentos, em um cenário que se aproximou de uma situação real de emprego do Poder Naval. Todas as atividades visaram ao aprimoramento das habilidades operacionais e à interoperabilidade entre as duas marinhas.

Além dos exercícios militares, esta 36ª edição da Operação “Fraterno” incluiu visitas a portos logísticos estratégicos, como o Porto de Rio Grande (RS), de Mar del Plata (Argentina) e de Itajaí (SC). Nos portos nacionais, as Fragatas brasileiras foram abertas à visita pública, com o comparecimento de, aproximadamente, 2.600 visitantes interessados em conhecer mais de perto um navio de guerra, bem como a rotina de bordo dos militares. A população teve a oportunidade única de estar a bordo dos navios e conhecer as tecnologias empregadas, além de aprender sobre as missões e responsabilidades da MB.

O Grupo-Tarefa (GT) brasileiro da Operação “Fraterno” foi comandado pelo Contra-Almirante Nelson de Oliveira Leite, Comandante da 1ª Divisão da Esquadra, e contou com a participação de 570 militares.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*  
*Data: 31/08/2023*

## **BRASIL E JAPÃO DISCUTEM AMPLIAÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS BILATERAIS**

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (31 de agosto de 2023)*

Encontro em Brasília reúne secretário-executivo do MDIC, Márcio Elias Rosa, e governador da Província japonesa de Aichi, Ohmura Hideaki

A ampliação dos laços econômicos entre Brasil e Japão esteve no centro das conversas entre o secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC),



Márcio Elias Rosa, e o governador da Província japonesa de Aichi, Ohmura Hideaki, na terça-feira (29/8). Participaram do encontro o embaixador do Japão no Brasil, Hayashi Teiji, o secretário Wallace Moreira, do MDIC, e o diretor do Departamento de Japão e Coreia do Ministério das Relações Exteriores, Paulo Elias.

A região da província de Aichi destaca-se pelos setores automotivo, inovação tecnológica, diversidade industrial e pela forte presença nas relações comerciais globais. Existem mais de 50 empresas da província operando no Brasil, entre elas a Toyota.

Elias Rosa falou sobre o projeto brasileiro de neointustrialização com sustentabilidade, previsibilidade e segurança jurídica para investidores. Segundo o secretário, há espaço para crescimento da relação bilateral com o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sobretudo em infraestrutura. Também destacou a aprovação da nova regra fiscal, a simplificação do recolhimento de impostos e a desoneração de exportações e investimentos.

### Trocas bilaterais

O Japão também é um dos principais investidores estrangeiros no Brasil, ocupando a 9ª posição, com um estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) equivalente a US\$ 21,4 bilhões, ou 3% do total recebido pelo Brasil até 2021, segundo o Banco Central.

Além disso, o Brasil é o maior parceiro comercial da Japão na América Latina. A pauta brasileira de exportações para o Japão é composta, em quase 50%, por produtos da indústria de transformação. Os dois países têm longa parceria na área automotiva.

A província de Aichi está localizada na parte central da ilha japonesa, na região de Tokai, na ilha de Honshu, e é uma das principais províncias industriais do Japão. A comunidade brasileira no Japão é a quinta maior no exterior, com cerca de 205 mil pessoas, sendo a província de Aichi a região com maior concentração de brasileiros.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 31/08/2023*

## PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO BRASIL SOBE 18,6% EM JULHO E BATE RECORDE, DIZ ANP

*Informações: Moneytimes (31 de agosto de 2023)*



A produção de petróleo do Brasil subiu 18,6% em julho ante o mesmo mês do ano passado para um recorde de 3,513 milhões de barris por dia (bpd), com impulso das atividades da Petrobras (PETR3; PETR4) e de companhias internacionais no pré-sal, apontaram dados da agência reguladora ANP nesta quarta-feira (30).

O volume superou em 4,3% o recorde anterior, registrado em junho, com as empresas que atuam no

Brasil bombeando mais petróleo após uma disparada de cerca de 15% do preço da commodity no mercado internacional em julho e com o fim de um imposto de exportação no país que durou quatro meses.

Os recordes de junho e julho vieram após a Petrobras ter iniciado a operação da plataforma de produção Almirante Barroso, no grande campo de Búzios, no pré-sal de Santos, em 31 de maio, e da plataforma Anna Nery no projeto de revitalização dos campos de Marlim e Voador, na Bacia de Campos, em 8 de maio.

A Petrobras, como concessionária, produziu ao todo 2,22 milhões de bpd de petróleo em julho, alta de 11,48% contra o mesmo mês de 2022.



Já anglo-holandesa Shell, segunda maior produtora do país, produziu 397,444 mil bpd, alta de 8,86% na comparação com um ano antes.

A francesa TotalEnergies, terceira maior produtora, produziu 138,38 mil bpd, alta de 12,07% na mesma comparação.

A produção de gás natural nacional em julho também registrou recorde de 154,076 milhões de metros cúbicos por dia (m<sup>3</sup>/d), alta de 13,6% na comparação com julho de 2022 e avanço de 1,2% em relação a junho de 2023, quando também foi recorde.

### **Produção total**

Considerando a produção de petróleo e gás, o país produziu em julho um recorde 4,482 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), superando também o recorde anterior de junho de 2023, de 4,324 milhões de boe/d.

Do total, 3,359 milhões de boe/d foram produzidos no pré-sal, ou 74,9% da produção nacional, representando um aumento de 16,6% na comparação com o mesmo mês de 2022 e uma alta de 3,5% em relação ao mês anterior.

Foram produzidos no pré-sal 2,638 milhões bpd de petróleo e 114,8 milhões de m<sup>3</sup>/d de gás natural por meio de 142 poços.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 31/08/2023*

## **PORTO DO ITAQUI E PORTO DE PARANAGUÁ APROXIMAM RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

*Informações: Porto do Itaquí (31 de agosto de 2023)*

Uma equipe do Porto do Itaquí participou, nesta terça, 29, de uma visita institucional ao Porto de Paranaguá que, assim como o Itaquí, é reconhecido como um dos modelos em excelência de gestão portuária pelo Ministério dos Portos e Aeroportos.

Na oportunidade, o diretor-presidente do porto paranaense, Luís Fernando Garcia apresentou o funcionamento do Corredor de Exportação e o arrojado projeto Moegão, que consiste na construção de um sistema exclusivo de descarga ferroviária de grãos e farelos, conectado aos terminais integrantes do Corredor Leste de Exportação do terminal marítimo paranaense, com investimento total de cerca de R\$ 590 milhões.

Para o presidente do Porto do Itaquí, Gilberto Lins, “essa troca de experiências extremamente positiva proporciona uma aproximação enriquecedora com um porto que é referência em eficiência e administração. Estamos fortalecendo laços em prol do progresso nacional. É crucial compreender que a interação, integração e união entre os portos públicos são fundamentais. A mentalidade de competição entre portos deve ser substituída pela ideia de colaboração. Somos portos complementares, unidos por um objetivo comum”, destacou Gilberto.

Além do presidente, acompanharam a visita o diretor de Engenharia, Ricardo Almeida, o gerente de Logística, Hibernon Marinho e a gerente de Contratos e Arrendamentos, Elen Brissac.

Vale lembrar que, o Porto de Paranaguá, assim como o Porto do Itaquí, recebeu nota 10 em gestão portuária, no ranking do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP), que avalia 15 indicadores que abrangem desde o retorno financeiro até a eficiência operacional, passando pela manutenção das vias aquaviárias, transparência e conformidade com as normas da ANTAQ.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 31/08/2023*

### **PETROBRAS (PETR4) ASSINA ACORDOS EM BUSCA DE FORTALECER RELAÇÃO COMERCIAL COM CHINA**

*Informações: Moneytimes (31 de agosto de 2023)*

A Petrobras (PETR3;PETR4) assinou quatro memorandos de entendimento (MOUs) com China Energy, SINOPEC, CNOOC e Citic Construction, principais grupos de petróleo e energia da China, em um passo que reforça a busca da companhia por fortalecer a relação comercial com o país asiático, disse a petroleira em comunicado nesta quarta-feira.

As assinaturas ocorreram entre os dias 28 e 30 de agosto, durante missão estratégica da companhia à China, liderada pelo presidente Jean Paul Prates e diretores.

Formalizados com os CEOs de cada grupo, os acordos são direcionados à prospecção de novas oportunidades de negócios conjuntos nos segmentos de exploração e produção, transição energética, refino, petroquímica, energia renovável, hidrogênio, fertilizantes, amônia e captura de carbono, disse a companhia no comunicado.

A empresa adicionou que a operação visa buscar possíveis parcerias no Brasil, China e em outras regiões, como Bolívia e Suriname.

“Estamos reforçando os laços comerciais e estratégicos com os principais grupos empresariais da China. Queremos fortalecer nossos negócios e diversificar as operações, através das novas alianças firmadas”, disse Prates no comunicado.

“Vamos expandir nossos negócios no Brasil e no exterior e apostamos no sucesso futuro dessas alianças que firmamos aqui, na China.”

A petroleira explicou que os memorandos assinados são de caráter não vinculante e, para acompanhar o progresso dos estudos e discussões, serão formados comitês de representantes de cada empresa.

Após a conclusão das análises técnicas necessárias, potenciais projetos advindos dos acordos assinados terão estimativas oficiais de custo, prazo e retorno, a fim de que sejam futuramente apreciados pelas instâncias de aprovação interna, de acordo com a governança da companhia.

Durante a missão, a petroleira também assinou acordos com o Bank of China e o China Development Bank (CDB), dois dos principais bancos da China, com atuação nos setores petróleo, gás e energia.

O CEO e os diretores da Petrobras visitaram ainda instituições e empresas chinesas do setor, como a agência de energia da China, National Energy Administration (NEA), Embaixada do Brasil em Pequim, CNPC, Gold Wind, Sinochem, State Grid e CNCEC.

*Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo*

*Data: 31/08/2023*



**AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS**

**TCU APROVA ACORDO PARA TÉRMICAS EMERGENCIAIS DO BTG PACTUAL**

Usinas contratadas no leilão emergencial passam a ser despachadas por ordem de mérito com teto para PLD

*Por eptr 31 de agosto de 2023 Em Setor elétrico*



### ***Térmica Linhares Geração do BTG Pactual contratada no leilão emergencial de 2021***

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou acordo para resolver o impasse de três térmicas do BTG Pactual contratadas no leilão emergencial de 2021. A medida deve resultar em uma economia estimada em R\$ 224 milhões até 2025, segundo o órgão.

Em resumo, o acordo prevê que as térmicas Linhares Geração (36 MW), Termelétrica Viana (37,5 MW) e Povoação Energia (75 MW) passem a ser despachadas por ordem de mérito e faz um acerto de valores para não inviabilizar o investimento e nem onerar ainda mais os consumidores em caso de crise hídrica.

### **Veja os principais pontos do acordo:**

- a geração inflexível das usinas será eliminada a partir de 01/09/2023 até o fim da vigência dos contratos;
- serão promovidos o equacionamento dos aumentos de custos associados à rescisão do contrato de gás, o pagamento pela disponibilidade do sistema de fornecimento de gás e o desfazimento das operações financeiras de proteção da companhia em relação aos contratos originais;
- as usinas, no caso de serem despachadas por ordem de mérito, serão remuneradas pelo Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) ao invés do Custo Variável Unitário (CVU);
- será promovido o acerto financeiro com a Conta de Energia de Reserva (Cner) das variações dos valores mensais futuros do PLD em relação PLD vigente no valor de R\$ 69,04, no período que as Usinas não estiverem despachadas.

### **Entenda o problema**

O acordo firmado entre Aneel, MME e empreendedores surge como resposta a uma controvérsia relacionada à contratação emergencial de usinas, em meio à crise hídrica de 2021. Naquele momento, foram estabelecidos Contratos de Energia de Reserva para as usinas, visando garantir o fornecimento de energia diante da escassez de água.

Entretanto, em 2022, com a recuperação dos reservatórios das hidrelétricas, o fornecimento dessa energia contratada tornou-se desnecessário. O novo acordo prevê que as usinas termelétricas só despachem quando necessário.

### **O que diz o acordo**

As térmicas Linhares Geração, Termelétrica Viana e Povoação Energia venceram o leilão e estavam operando de forma inflexível a um custo médio de R\$ 583,88/MWh de junho a setembro de 2021, que foi reduzido para R\$ 55,70/MWh em janeiro de 2022.

Agora, vão receber o valor fixo do PLD atual, de R\$ 69,04. Caso o PLD suba, a diferença será arcada pela Conta de Energia de Reserva (Cner). De acordo com as projeções, haverá uma redução de faturamento das usinas na ordem de R\$ 424,9 milhões.

Segundo o TCU, o benefício líquido estimado para o consumidor, portanto, será de R\$ 224.549.476,93. Esse cálculo leva em consideração a redução de faturamento da contratada (R\$ 424,9 milhões) subtraindo o efeito Coner que é da ordem de R\$ 200 milhões.

Esse é o segundo acordo no TCU para resolver os problemas das térmicas emergenciais. Em junho, o tribunal homologou uma solução consensual para encerrar a disputa entre o Ministério de Minas e

Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Karpowership (KPS) sobre os contratos de quatro termelétricas a gás. A decisão deve resultar na economia aproximadamente de R\$ 580 milhões para os brasileiros em 2023.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 31/08/2023

## MARINA VETA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NO LITORAL DA BAHIA

"Quando não pode, não pode", afirmou a ministra em comissão da Câmara

Por epbr 31 de agosto de 2023 Em Comece seu Dia, Meio ambiente, Petróleo e gás, Política energética

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, vetou a oferta de blocos no litoral da Bahia, em razão do impacto ambiental na área de influência do arquipélago de Abrolhos.

– “Tem coisas que não podem e a gente não vai ficar enrolando empreendedor. Não vai ter licença para exploração de petróleo em Abrolhos. Não vai, não adianta, tem que tirar esse negócio lá de disponibilidade. Então quando não pode, não pode”, disse a ministra em audiência na Câmara.



**Marina Silva veta exploração de petróleo no litoral da Bahia, em razão do impacto ambiental na área de influência do arquipélago de Abrolhos. Na imagem:**

Abrolhos está localizado a cerca de 70 km de Caravelas, no sul da Bahia. O MPF, com base em pareceres ambientais que apontam restrições ambientais no litoral do estado, se após no passado à oferta de blocos em Camamu-Almada e Jacuípe.

– Jacuípe, aliás, é única bacia marítima em que foram contratadas as AAAS, estudos ambientais que tem o objetivo de concluir se uma bacia é apta ou não para exploração de óleo e gás. Iniciada em 2018, a avaliação de Jacuípe não foi concluída.

Foz. Marina afirmou, ainda, que não cabe ao Ibama favorecer ou não qualquer projeto de interesse do governo no processo de licenciamento. “Vou repetir à exaustão: Ibama não facilita nem dificulta”, ressaltou.

– Já o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, disse que a equipe técnica do órgão segue debruçada sobre o pedido de reconsideração protocolado pela Petrobras na tentativa de reverter negativa para a perfuração na Bacia Foz do Amazonas.

Senado aprova marco da CCS. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou nesta quarta (30/8) o projeto de lei que cria o marco legal da captura e armazenamento de carbono (CCS). O PL 1425/2022 pode seguir direto para a Câmara dos Deputados, já que tramitava de forma terminativa.

– O principal objetivo é criar no Brasil a atividade de armazenamento permanente de CO2 capturado de atividades industriais em reservatórios geológicos.

Mas adia o mercado de carbono. A Comissão de Meio Ambiente do Senado adiou a votação do projeto que cria e regulamenta o mercado de carbono no Brasil. Por acordo, foi concedida vista coletiva. A expectativa é que o texto retorne à pauta em setembro.

Consumidor americano seguirá com carros a combustão, crê API. Mesmo diante do aumento de vendas de – e das políticas para – carros elétricos, muitos consumidores vão continuar a preferir os veículos com motores a combustão interna, acredita Mike Sommers, presidente do American Petroleum Institute (API).



– A principal associação que representa o setor de petróleo nos EUA não vê no plano bipartidário de US\$ 394 bilhões aprovado pelo governo de Joe Biden uma ameaça à demanda futura por petróleo e derivados no país.

Petrobras sela parcerias com chineses. Petroleira brasileira fechou acordos de cooperação com CNOOC, Sinopec, China Energy International Group e Citic. Parcerias tratam de oportunidades que vão desde as áreas de exploração e produção de óleo e gás, refino e petroquímica até projetos de transição energética, captura de carbono e fertilizantes. Veja o escopo de cada acordo

Produção de óleo e gás bate novo recorde no Brasil. Ao todo, segundo a ANP, foram produzidos em julho, na média, 4,482 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia) – superando o recorde anterior, de junho.

– No embalo do recorde de produção do pré-sal, a arrecadação da União com a comercialização de óleo e gás nos contratos de partilha foi a maior do ano em julho: R\$ 818,41 milhões, referentes à venda da parcela de petróleo e gás natural que a União tem direito nos contratos de campos como Sapinhoá, Mero, Búzios, Tupi e Atapu. Foi a 2ª maior arrecadação mensal da história.

Petroleiros vazios mostram que Opep+ apertou mercado com cortes. O volume de petróleo transportado ou armazenado em navios caiu para o nível mais baixo em um ano. Atualmente, há cerca de 1,04 bilhão de barris em petroleiros a caminho de portos ou à espera de compradores, segundo a empresa de análise de dados Kpler.

Petróleo avança. A cotação do barril Brent, para novembro, subiu 0,39%, a US\$ 85,24 nesta quarta, apoiado pelo enfraquecimento do dólar no exterior e a forte queda dos estoques americanos da commodity na semana passada. O furacão Idalia, que atingiu hoje o Estado da Flórida, não impactou a atividade de petroleiras na região do Golfo do México e, portanto, pouco afetou os preços dos contratos.

Mais quatro países serão importadores de GNL até o fim de 2024. Antígua, Austrália, Chipre e Nicarágua preparam infraestrutura de regaseificação até o fim do próximo ano. Além deles, em 2023, até agora, Alemanha, Filipinas e Vietnã estrearam na importação.

Governo aguarda BNDES para incluir Angra 3 no PAC. Decisão do governo sobre o futuro da usina nuclear será tomada apenas depois da revisão nos estudos do banco de fomento sobre os investimentos necessários e sobre a modelagem de contratação da empresa responsável pela conclusão da obra.

TCU aprova renegociação de contratos de térmicas. O Tribunal de Contas da União aprovou nesta quarta (30/8) a renegociação dos contratos de três usinas contratadas pelo governo no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS), em 2021, na crise hídrica. Segundo a Corte, a economia será de R\$ 224 milhões para os consumidores no período de vigência dos contratos, válidos até 31 de dezembro de 2025.

– Pelo acordo, as usinas deixarão de ser inflexíveis e passarão a ser acionadas de acordo com a necessidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Comerc coloca em operação 5ª maior usina solar do Brasil. Complexo fotovoltaico Hélio Valgas, em Várzea da Palma (MG), tem 662 MWp e demandou investimentos de R\$ 2 bilhões. A energia é destinada ao mercado livre. RANKING: As 10 maiores usinas solares fotovoltaicas do Brasil

Leilão de transmissão de 2024 prevê R\$ 20,5 bi de investimentos. Aneel abriu consulta pública sobre a licitação, marcada para 28 de março de 2024 e que envolverá 69 empreendimentos distribuídos em 14 estados. Os números prévios indicam que o leilão será um dos maiores já realizados pela Aneel.

Pacto Energia faz mineração de bitcoin com PCH. Após ter contrato com a Coelce rescindido, a empresa passou a usar a geração da PCH em Alto Santo, no semiárido do Ceará, para abastecer

maquinário da Imagine Capital, instalado ao lado da usina, para mineração de criptoativos a partir de um contrato de revenue share.

Light tenta aproximação com MME. Representantes do grupo buscam interlocução com o Ministério de Minas e Energia e com a Aneel, visando a renovação da concessão de distribuição da companhia, no Rio de Janeiro. O atual contrato vence em 2026, mas a empresa, que enfrenta uma grave crise financeira, quer antecipar a renovação da concessão para superar seus problemas.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias*

*Data: 31/08/2023*



### JORNAL O GLOBO – RJ

#### PREÇO DOS ALIMENTOS VAI SUBIR ATÉ 8% EM SETEMBRO COM REAJUSTE DOS COMBUSTÍVEIS, PREVÊ ABRAS

Petrobras anunciou aumento do diesel e da gasolina neste mês. Impacto maior será sobre hortaliças, pois frete representa até 50% do custo operacional de produtores

*Por Caroline Nunes — Rio de Janeiro*



**Itens básicos da cesta de compras sobem acima dos 20% nos últimos 12 meses — Foto: Pixabay**

Os recentes reajustes no preço dos combustíveis — 16,3% no valor da gasolina e 25,8% no diesel nas refinarias da Petrobras — devem impactar o preço dos alimentos. A Associação Brasileira de Supermercados (Abrás) prevê que nas primeiras semanas de setembro aconteça um aumento de 5% a 8% no valor dos produtos não industrializados.

— Os hortifrutigranjeiros, que é o caso basicamente desses produtos de consumo diário, não têm estoque. Está previsto (aumento) em torno de 5 a 8%. Então, a tendência é que esses produtos tenham esse repasse de preço durante o mês de setembro — disse o vice-presidente da Abrás, Marcio Milan.

As carnes, laticínios e alimentos industrializados também devem ser impactados pelo reajuste dos combustíveis, mas de forma escalonada. Todos os aumentos, disse a Abrás, vão ter efeitos na cesta de abastecimento dos lares.

De acordo com a Abrás, o preço do frete para os produtores representa até 50% do custo operacional. O impacto no diesel e na pecuária acontece em três frentes: antes, dentro e após a porteira.

O repasse ao consumidor final de até 8% reflete o custo frete para o transporte de insumos do fornecedor, o combustível para movimentação de máquinas envolvidas no plantio e o frete para a indústria de processamento.

Além do reajuste dos combustíveis anunciados pela Petrobras, o retorno de tributos sobre o diesel previsto para o início de setembro também deve ter efeito nos alimentos. Com essa medida, o diesel passa a ter PIS/Cofins de R\$ 0,11 por litro em setembro e mais R\$ 0,03 por litro em outubro. Até agosto, o imposto estava zerado.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 31/08/2023*

## GOVERNO VAI COBRAR IMPOSTO FEDERAL SOBRE INCENTIVOS DADOS POR ESTADOS

Em outra frente, projeto de lei prevê tributar juros sobre capital próprio, mecanismo usado por empresas para remunerar seus acionistas. Fazenda visa arrecadar cerca de R\$ 47 bilhões com as medidas

*Por Manoel Ventura , Victoria Abel , Alice Cravo e Renan Monteiro — Brasília*



**O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda**

O governo federal publicou nesta quinta-feira uma medida provisória (MP) que permite a cobrança de impostos federais sobre incentivos fiscais dados por governadores por meio de ICMS para o custeio das empresas. Também enviou ao Congresso um projeto de lei que altera as regras para dedução de Juros sobre Capital Próprio (JCP), que são um mecanismo usado por empresas para remunerarem seus acionistas.

Juntas, as duas medidas podem render cerca de R\$ 47 bilhões para o Tesouro, que tem se esforçado para aumentar a arrecadação e zerar o déficit primário no ano que vem.

### Entenda a MP

A MP sobre os incentivos vem após decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável ao governo. Ocorre, porém, que essa decisão ainda é pouco efetiva, na visão do governo.

Quando um estado reduz o ICMS, isso altera também a base de cálculo dos impostos federais sobre a renda — o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

A lógica da decisão do STJ reforçada pela MP é que os impostos federais sejam cobrados no seu valor cheio, sem descontos, quando o incentivo dado pelos estados seja gasto com custeio do empreendimento. Ou seja, só não será cobrado o que for gasto em investimentos.

O objetivo da MP é garantir que de fato o incentivo seja apenas para o investimento.

Para isso, a MP dá crédito fiscal para as empresas que autodeclararem seus investimentos. Assim, cobra-se os impostos sobre o custeio. O crédito fiscal é importante nessa equação porque garante desde a declaração o incentivo para a empresa — que não precisa esperar o aval da Receita.

A previsão da equipe econômica é arrecadar cerca de R\$ 37,3 bilhões com a medida.

### Dedução de JCP

Também nesta quinta, o governo enviou um projeto de lei que acabar com a possibilidade de dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) da base de cálculo dos impostos sobre a renda.

O JCP permitia a dedução de juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio na apuração do Imposto de Renda e da CSLL das grandes empresas. É um mecanismo usado principalmente por bancos.

A mudança não afeta a dedução dos juros em relação aos resultados de 2023, ainda que pagos ou creditados em 2024, segundo a proposta.



A expectativa é de uma arrecadação anual em torno de R\$ 10 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o mecanismo criado em 1995 teve como principal justificativa permitir que os sócios das empresas pudessem ser compensados pela perda da atualização monetária de seus direitos societários. Para o governo, passados mais de 25 anos de sua introdução, não há evidências de que a adoção do mecanismo reduza o endividamento e aumente investimentos.

A Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) se manifestou contra a medida.

"Criado nos anos 1990 como uma forma de ajustar os balanços em uma época ainda de correção monetária, o JCP, ao longo das últimas décadas, consolidou-se como mecanismo relevante para as empresas garantirem a neutralidade na alocação de capital. De um lado, tem-se o equilíbrio entre financiamento próprio e de terceiros e, de outro, há evidente redução do nível de endividamento do mercado como um todo", afirma.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 31/08/2023*

## GOVERNO ANUNCIA R\$ 66 BILHÕES PARA INOVAÇÃO COM 'MENOR TAXA DE JUROS DA HISTÓRIA'

Vice-presidente Geraldo Alckmin apresentou linha de financiamento com juros nominais de 4% ao ano, em conjunto com BNDES e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

*Por Juliana Causin — São Paulo*



*Vice-presidente Geraldo Alckmin durante anúncio na Fiesp — Foto: Divulgação/Fiesp*

O governo vai liberar R\$ 66 bilhões em linhas de financiamento para inovação, com recursos do BNDES, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O anúncio foi feito nesta quarta-feira, em São Paulo, em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Do total de financiamento, R\$ 16 bilhões são não reembolsáveis. A linha de crédito terá juros nominais de 4% ao ano, a menor já praticada no país para financiamentos na área, com até 16 anos para pagamento e quatro meses de carência. Para projetos de inovação, o BNDES praticava juros entre 13% e 15%.

Os aportes serão feitos até 2026 e os projetos já podem ser apresentados pelo setor privado. As liberações começam a ser concedidas até o fim de setembro. O evento de apresentação do programa, chamado de Mais Inovação Brasil, aconteceu com presença ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, do diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, e do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin.

— Esse é o menor juros da história, com juros nominais de 4% Todos os recursos chegam a R\$ 66 bilhões — disse Alckmin. — Isso vai dar um grande impulso para alavancarmos a indústria.

O programa terá R\$ 20 bilhões de linha de crédito do BNDES e R\$ 41 bilhões via MCTI, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), além de aporte da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

— Esse é o maior programa de inovação que já tivemos no Brasil — afirmou o ex-ministro do governo Dilma, Nelson Barbosa, aos empresários. — Estamos retomando o papel do BNDES na inovação.

São seis eixos de investimento: pesquisa, desenvolvimento e inovação na indústria; meio ambiente, mudança do clima, resíduos sólidos e recursos hídricos; investimento em plantas industriais com processo não existente no Brasil; difusão tecnológica, que inclui aquisição de máquinas e equipamentos com tecnologias inovadoras; contração de serviços tecnológicos; e apoio à transformação ao ambiente digital e os parques tecnológicos.

— Os investimentos em ciência criam um ciclo virtuoso no qual o conhecimento produzido significa mais inovação, empresas mais produtivas e uma economia mais competitiva. A nova política industrial deve estar apoiada na inovação — disse a ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 31/08/2023*

### **GOVERNO BUSCA SOLUÇÃO PARA PEC QUE SUBMETE FINANCIAMENTOS PÚBLICOS AO CONGRESSO**

Em derrota para o governo, proposta avançou na CCJ; Nelson Barbosa, diretor do BNDES, diz que o banco está oferecendo 'outras soluções' ao Congresso

*Por Juliana Causin — São Paulo*



***O ex-ministro Nelson Barbosa, disse que governo busca soluções para PEC que submete financiamento de bancos públicos à aprovação — Foto: Cristiano Mariz***

O governo está disposto a apresentar novos mecanismos de transparência sobre os financiamentos internacionais de bancos públicos no exterior e busca uma solução no Congresso contra a PEC 3/2023, afirmou nesta quinta-feira, o diretor do BNDES, Nelson Barbosa. Segundo ele, a proposta vai "burocratizar" a exportação de bens de capitais. Uma das saídas seria uma prestação de contas regular do BNDES ao

Congresso.

— A demanda por transparência é legítima, mas burocratizar a exportação de financiamento não é a melhor forma. Nós estamos oferecendo outras opções. A gente espera chegar a uma solução — afirmou Barbosa, diretor de Planejamento do BNDES, em evento na Fiesp, em São Paulo. — O que nós estamos dialogando com os parlamentares é eventualmente você ter prestação de contas mais frequentes, assim como o presidente do Banco Central vai de seis em seis meses ao Senado prestar contas.

A PEC determina que o Congresso tenha que autorizar qualquer operação de crédito, de qualquer valor, realizada no exterior pelas instituições financeiras controladas pela União, o que inclui BNDES, BB, Caixa, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste.

— Essa é uma medida que tende a aumentar o custo Brasil. Nós estamos no esforço para reduzir custos financeiros, custos tributários e custo de transação. Imagina se toda a cada para exportação de bens de capitais tiver que ser aprovada pelo Congresso — acrescentou o ex-ministro do governo Dilma Rousseff.

#### **Bancos públicos começam contraofensiva**

Em derrota para o governo, a proposta de emenda constitucional (PEC) avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira, depois de tentativa governista de retirar a proposta da pauta. Essa foi a segunda vez que o governo tenta travar o avanço do texto. Depois da CJJ, a PEC ainda terá que passar por Comissão Especial.

Por meio da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), BNDES, BB e Caixa, entre outros, lançaram nesta segunda-feira uma campanha contra a PEC. Os bancos alegam que a proposta pretende dar ao Congresso Nacional o poder específico de intervir na atividade dos bancos públicos em suas operações de crédito internacionais, violando o princípio da separação dos poderes, os princípios da ordem econômica.

"Outra preocupação é com relação à própria operacionalização do processo de aprovação das operações pelo Congresso Nacional, pois não define se a autorização a ser dada seria prévia ou posterior à operação e se a autorização envolveria a operação de captação externa de recursos por essas instituições, acarretando insegurança jurídica em razão de sua subjetividade", afirmam os bancos.

— Somos terminantemente contra e estamos abrindo uma campanha contra (a PEC) — afirmou o presidente da ABDE, Celso Pansera. — É um desserviço. Atrapalha nesse momento o trabalho de reindustrialização da economia brasileira e cria dificuldades.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 31/08/2023*

### **EMPERRADA, REFORMA MINISTERIAL É ADIADA PARA A SEMANA QUE VEM**

*Por Lauro Jardim*



*O prédio do Congresso Nacional e a Esplanada dos Ministérios em Brasília — Foto: Ana Volpe/Agência Senado*

A reforma ministerial sofreu um novo adiamento. Emperrada, a nova data agora é o início da semana que vem, com as negociações se estendendo pelo sábado e pelo domingo.

As conversas sobre o destino de Silvio Costa Filho, do Republicanos, parecem mais definida: ele iria mesmo para o Ministério de Portos e Aeroportos. Assim, como

a Caixa ficará nas mãos de Margarete Coelho, indicada pelo PP.

O ponto de discussão ainda é para onde vai André Fufuca. Já foi mais certo que ao líder do PP estaria destinado um ministério a ser criado, desmembrado do Ministério do Desenvolvimento Social, que continua com Wellington Dias.

Na mesa, este momento, cresce outra possibilidade: Fufuca virar ministro do Esporte, mas com a pasta ganhando novas atribuições. Pelo desenho apresentado ao PP, o ministério passaria a se chamar Esporte, Juventude e Empreendedorismo.

Assim, com essas definições pendentes, a reforma ganha um novo prazo para ganhar vida — a semana que vem.

No dia 17 de agosto, o ministro Alexandre Padilha chegou a dizer publicamente que ela seria anunciada antes da viagem de Lula à África. Depois, passou o novo prazo passou a ser assim que o presidente voltasse ao Brasil.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 31/08/2023*

### **LULA VIAJA EM VOO COM MINISTROS QUE DEVEM SER AFETADOS POR REFORMA**

Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Márcio França (Portos e Aeroportos) foram chamados para fazer parte da comitiva presidencial que vai ao Piauí

*Por Sérgio Roxo e Jeniffer Gularte*



**O presidente Lula em evento no Palácio do Planalto —  
Foto: Evaristo Sá/AFP**

Os dois ministros com mais chances de serem afetados pela reforma da composição da Esplanada para acomodar o Centrão no governo estarão no voo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará na manhã desta quinta-feira para o Piauí. Há expectativa de que o petista converse com os auxiliares sobre as mudanças que serão promovidas durante as cerca de duas horas de viagem. Wellington Dias (Desenvolvimento Social) e Márcio França (Portos e Aeroportos) foram chamados

para fazer parte da comitiva presidencial que vai ao Piauí, onde haverá o anúncio das obras do estado que serão incluídas no PAC e o lançamento do programa Brasil Sem Fome.

Além dos dois ministros, a presidente da Caixa, Rita Serrano, também estará no voo. Ela deve deixar o cargo e ser substituída por Margarete Coelho (PP) como parte do movimento para acomodar o Centrão no governo. O avião partirá de Brasília às 8h. Às 10h30, ocorrerá, em Teresina, a cerimônia de anúncio dos empreendimentos do PAC no Piauí.

A cerimônia do Brasil Sem Fome, que é uma nova versão do Fome Zero, será à tarde. O lançamento no Estado de Wellington Dias foi uma escolha do presidente Lula para fazer um gesto de desagradado em meio a pressão sofrida pelo aliado pela reforma ministerial.

No Planalto, houve discussão de qual melhor momento para anunciar a provável divisão do ministério de Dias: se antes do lançamento do Brasil Sem Fome ou depois. Dias é um dos petistas mais próximos do presidente e Piauí foi o Estado que deu maior votação proporcional para Lula nos dois turnos da eleição. Em Teresina, Lula deve exaltar o aliado e, na hipótese de anunciar as mudanças, usar tom de que as alterações no ministério irão fortalecer a área social do governo.

Márcio França deve deixar o Ministério de Portos e Aeroportos, que deve ficar com o Republicanos, e ser transferido ou para a nova pasta da Pequena e Média Empresa ou para a de Ciência e Tecnologia.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 31/08/2023**

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### FELIPE SALTO ALERTA PARA 'MAU SINAL' EM VETO DE LULA A TRECHO DO ARCABOUÇO FISCAL

Presidente vetou dispositivo da regra que proibia o Executivo de excluir despesas do resultado fiscal  
**Por Eduardo Gayer - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES**

O governo Lula deu um "mau sinal" ao vetar um trecho do arcabouço que proibia o Executivo de excluir despesas do resultado fiscal. A avaliação é do economista-chefe e sócio da Warren Renascença, Felipe Salto, ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo.

Nesta manhã, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva formalizou no Diário Oficial da União (DOU) a sanção do arcabouço, a regra que substituiu o teto de gastos, mas com dois vetos. Além de voltar a permitir descontos de despesas no resultado fiscal, o petista vetou um trecho que "amarrava" o contingenciamento de investimentos, o que tende a dar mais liberdade ao governo. Os dois vetos serão analisados pelo Congresso, que pode derrubá-los.

Para Felipe Salto, o primeiro veto é um mau sinal, considerando o histórico de “contabilidade criativa” vivido pelo País, com impacto negativo na economia. “Retira-se do texto a proibição explícita para prever exclusões ou descontos na hora de verificar o cumprimento da meta fiscal. A chamada contabilidade criativa legou muitos problemas às contas públicas e à economia, em período recente, e esse dispositivo funcionaria como espécie de vacina contra novas tentativas. Ao retirá-lo, o governo dá um mau sinal nesse aspecto”, afirmou o economista-chefe da Warren.



**O economista Felipe Salto, que também é colunista do Estadão. Foto: DIDA SAMPAIO/ESTADAO**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, promete entregar um déficit fiscal zero em 2024. Ou seja, as despesas do governo no ano que vem serão equiparadas às receitas, sem deixar as contas públicas no vermelho. A proposta consta do Orçamento elaborado para o ano que vem, mas é vista com desconfiança por analistas de risco, como registrou a Coluna, e é criticada pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann.

### **Veto à proibição de ‘contabilidade criativa’ não é sinônimo de sua ocorrência**

Salto destaca, contudo, que o veto ao dispositivo dentro da sanção ao arcabouço fiscal não significa que o governo, necessariamente, vai voltar a prever abatimentos novos de despesas na regra que substitui o teto de gastos. Uma fonte da equipe econômica afirmou à Coluna que os vetos se deram apenas por problemas técnicos aferidos pela Secretaria de Orçamento Federal.

Na avaliação do economista-chefe da Warren, o veto pode ter relação com a mensagem modificativa enviada pelo governo federal ao relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do ano que vem, Danilo Forte (União Brasil-CE), que prevê a possibilidade de um abatimento contábil de R\$ 5 bilhões em gastos de estatais com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“O governo manterá a meta zero, como já reafirmou. Não há razão para querer descontos na meta, porque o arcabouço fiscal prevê eventual rompimento. No caso de rompimento, devem-se acionar os gatilhos e ponto. Isso é fazer valer o arcabouço”, disse Felipe Salto à Coluna.

### **Liberdade para contingenciamento de gastos com investimentos é positiva, diz economista**

Já o outro veto de Lula, aquele que facilita o contingenciamento de investimentos, é visto como positivo por Felipe Salto. “Acabaria por restringir fortemente o grau de liberdade do gestor em momentos de necessidade de contenção para cumprimento da meta fiscal”, afirma.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 31/08/2023*

## **ORÇAMENTO 2024: GOVERNO PREVÊ GASTAR R\$ 91,1 BI EM RECURSOS PRÓPRIOS E DE ESTATAIS NO PAC**

Programa carro-chefe das administrações do PT receberá 90% do valor reservado para investimentos no ano que vem

*Por Mariana Carneiro, Bianca Lima e Adriana Fernandes*

BRASÍLIA – Um dos carros-chefe dos governos anteriores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai receber praticamente todos os recursos reservados no Orçamento de 2024 para investimentos.

Em recursos próprios do governo federal, o PAC vai receber R\$ 61,7 bilhões – pouco mais do que o valor prometido no lançamento do programa, no último dia 11 de agosto.



**Em recursos próprios do governo federal, o PAC vai receber R\$ 61,7 bilhões. Foto: Ricardo Moraes/Reuters**

A previsão oficial, que consta da Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024, a ser enviada nesta quinta-feira, 31, ao Congresso, prevê que o valor mínimo a ser aplicado em investimentos é de R\$ 68,5 bilhões. Dessa forma, o PAC vai consumir 90% dos recursos próprios da União em investimentos, como mostrou o Estadão.

O piso de investimentos foi instituído no novo arcabouço fiscal, sancionado hoje por Lula. A regra diz que o aporte mínimo do governo federal em investimentos deve ser de 0,6% do PIB estimado na Lei Orçamentária. A previsão do governo é que o PIB em 2024 seja de R\$ 11,4 trilhões.

### Estatais

Mas o PAC deverá receber mais, segundo a previsão do governo. Os recursos totais para o programa, incluindo o Orçamento de Investimentos de empresas estatais, somam R\$ 91,1 bilhões.

A prioridade, como anunciado pelo governo, é concluir obras em andamento e que ficaram paradas por falta de recursos. Cerca de 13% das verbas discricionárias (não obrigatórias) do governo serão destinadas para esse tipo de obras.

Boa parte dos recursos está prevista para ser empregada em transportes, como ferrovias, portos e aeroportos, que deverão receber R\$ 18,49 bilhões do volume de investimentos do PAC no Orçamento federal em 2024.

O Ministério da Defesa receberá R\$ 6 bilhões para financiar 14 projetos, entre os quais o projeto do submarino com propulsão nuclear, que deverão receber pouco menos de R\$ 2 bilhões. Outros R\$ 835 milhões serão aplicados pelo Exército na produção de blindados.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 31/08/2023*

### MERCADO LIVRE PODE ELEVAR FATIA DE VENDEDOR ESTRANGEIRO NA PLATAFORMA, DIZ LÍDER DA EMPRESA NO PAÍS

Segundo executivo, Remessa Conforme, do Ministério da Fazenda, não atende ao conceito de isonomia e traz vantagens para vendedores internacionais

*Por Talita Nascimento*



O líder da operação brasileira do Mercado Livre, Fernando Yunes, disse que a companhia pode aumentar a presença de vendedores estrangeiros caso o regime de tributação do comércio eletrônico siga favorecendo a importação de produtos por pessoas físicas.

**Fernando Yunes diz que, por enquanto, foco é vendedor nacional** Foto: Isaac Fontana/EFE

Ele afirmou ser favorável à isonomia tributária entre fabricantes e vendedores nacionais e estrangeiros. Em sua visão, a isenção do imposto de importação para companhias internacionais que aderirem ao Remessa Conforme, programa do Ministério da



Fazenda que visa regularizar o comércio digital, não atende a esse conceito isonômico e traz vantagens para vendedores internacionais.

Hoje, ao aderir ao programa, as empresas passam a pagar uma alíquota de 17% de ICMS, mas recebem isenção do imposto que incide sobre os produtos importados, de 60%. “Temos acompanhado que o imposto de importação deve evoluir ao longo dos meses, mas dificilmente volta aos 60%. Do jeito que está, apenas com ICMS de 17%, tem vantagem para o produto importado. Se houver vantagem, podemos começar a ter mais na plataforma”, disse Yunes.

O setor varejista moderou o discurso no último mês em relação ao tema. A princípio mais críticos, os empresários do setor passaram a comentar que o Remessa Conforme é um programa que ainda deve evoluir para uma cobrança de impostos que deixe as empresas que vendem importados pela internet e as nacionais em parâmetros mais igualitários. A expectativa é que essa evolução aconteça ainda no segundo semestre.

O Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV) apresentou na última semana um estudo que indica que a carga tributária dos produtos de produção nacional varia de 67,95% a 142,98% sobre o valor destinado a remunerar os fatores de produção (parte do preço que remunera o setor primário, a indústria, o atacado/distribuição e o varejo).

Já em relação aos produtos importados vendidos no Brasil, a carga tributária varia de 63,75% a 118,11%. O estudo foi realizado em parceria com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

“Esperamos que, com o estudo, haja mudança na isenção de US\$ 50 (para produtos importados comprados em plataformas digitais que aderiram ao Programa Remessa Conforme)”, disse o presidente do IDV, Jorge Gonçalves, na ocasião. O Estadão/Broadcast apurou que o estudo tem a intenção de dar munção ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no processo de evolução do programa.

Yunes, do Mercado Livre, acrescentou ainda que, no México, a operação é composta de 15% de cross border, enquanto no Brasil, o número não é significativo hoje. “Aqui nosso foco é nos vendedores locais, nunca incentivamos o cross border”, afirmou.

### **Anúncios**

O Mercado Livre anunciou ainda hoje que terá mais dois Centros de Distribuição (CD), um no Rio de Janeiro e outro no Recife. Com ambos, a companhia chega a 10 centros do tipo no País. O do Rio já está funcionando e o de Recife fica pronto em 2024. As notícias foram dadas durante o evento Mercado Livre Experience e que teve a presença do CEO da companhia, Marcos Galperín.

Ao todo, a companhia deve investir R\$ 19 bilhões no País este ano, entre logística, tecnologia e marketing, mas a empresa não abre mais detalhes de como esse montante será aplicado. A plataforma ainda acrescentou um avião à sua frota, que passou de sete para oito aeronaves.

Ao mesmo tempo, o CEO da companhia, Marcos Galperín, anunciou o lançamento do Mercado Play, plataforma de conteúdo gratuito, antecipado pelo Estadão, monetizado por meio de publicidade. Além disso, a empresa anunciou um novo programa de fidelidade, chamado Meli+, que dá acesso ao Star+, Disney+ e frete grátis a partir de R\$ 29, por uma assinatura de R\$ 17,99.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 31/08/2023*

## **GOVERNO VOLTA A PEDIR QUE ELETROBRAS SUSPENDA PLANO DE DEMISSÕES APÓS APAGÃO**

Ministério de Minas e Energia sinalizou preocupação quanto ao potencial impacto da saída de funcionários estratégicos na continuidade da prestação de serviços da companhia

*Por Luciana Collet*

O Ministério de Minas e Energia reiterou o pedido à Eletrobras para suspender o plano de demissão voluntária (PDV) da companhia. Em ofício assinado pelo ministro Alexandre Silveira, a pasta reforçou nesta quarta-feira, 30, uma solicitação de julho, quando sinalizou preocupações quanto ao potencial impacto da saída de funcionários estratégicos na continuidade da prestação de serviços da companhia.

O apagão de 15 de agosto serviu como argumento para reforçar o pedido. No ofício, Silveira cita que “o evento originário, chamado de ‘evento zero’, ocorreu em ativos operados pela Companhia Hidro Energética do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras”.

A ocorrência deixou consumidores de 25 Estados e do Distrito Federal sem energia elétrica. Mais de 22 mil megawatts (MW) foram interrompidos, um terço da demanda que estava sendo suprida no momento, segundo o ministro. Apenas Roraima, que não está conectado ao sistema, não foi atingido.

Apesar de apontar a “abertura” de linha da Chesf como evento zero do apagão, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) já disse que isso, por si só, não causaria o impacto registrado e já apontou que aparelhos reguladores de tensão de usinas geradoras instaladas na região Nordeste não atuaram conforme o esperado, ampliando os efeitos da perturbação no sistema.



**Apagão atingiu 25 Estados e o Distrito Federal Foto: J.F.Diorio / ESTADÃO CONTEÚDO**

No novo ofício encaminhado ao presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, o ministro lembrou que, por ocasião da primeira carta, o MME solicitou que, “respeitadas as regras de governança, a natureza jurídica da empresa e os normativos afetos à divulgação de fato relevante”, avaliasse a possibilidade de suspender o PDV até que a pasta pudesse examinar o plano de ação para a prestação do serviço adequado e o plano de investimentos para os próximos anos, “considerando a ausência da força de trabalho que pode ser desligada”. Ele diz que, “até o presente momento”, não recebeu os planos com os esclarecimentos.

“Reitero que, sendo a União a maior acionista da empresa e o MME responsável por zelar pelo equilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica no País, é legítimo, racional e importante que esta pasta tenha acesso a tais informações para que possa avaliar como a Eletrobras, maior empresa do segmento em operação no Brasil, está se preparando para preservar a manutenção e operação de seus avos, pois eles são primordiais para a confiabilidade do suprimento de energia elétrica”, diz o ministro.

“Oriente, respeitadas as regras de governança, natureza jurídica, a suspensão do PDV até que o MME examine os planos a serem enviados”, conclui Silveira.

Enquanto ainda executa o desligamento dos cerca de 2,5 mil funcionários que aderiram a um primeiro PDV, voltado para empregados aposentados ou possíveis de aposentadoria, a Eletrobras avançou em uma segunda rodada do programa, que recebeu quase 1,5 mil adesões. Com as iniciativas, a expectativa da administração da empresa é que o custo com pessoal caia 41,8% até 2026, para R\$ 2,6 bilhões. E, até dezembro de 2024, a empresa espera alcançar 7.250 empregados, informou a empresa no início do mês.

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**

**Data: 31/08/2023**



### DESONERAÇÃO DA FOLHA: ENTENDA OS PRINCIPAIS PONTOS DO TEXTO APROVADO NA CÂMARA

Projeto aprovado pelos deputados prorroga benefício para 17 setores da economia até o fim de 2027  
*Por Redação*

BRASÍLIA - A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira o projeto de lei 334/23. Relatado pela deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), o texto prorroga a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até 31 de dezembro de 2027. O benefício teria fim em dezembro deste ano. Como houve alterações no texto, feitas pelos deputados, o projeto voltará para o Senado.



***A prorrogação da desoneração da folha tem como objetivo a redução dos encargos trabalhistas desses setores, estimulando mais contratações***

#### **O que é a desoneração da folha?**

A política de desoneração da folha permite às empresas dos 17 setores beneficiados pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez da contribuição previdenciária patronal, de 20% sobre a folha de salários. O objetivo é a redução dos encargos trabalhistas desses setores, estimulando mais contratações. A União deixou de arrecadar R\$ 9,2

bilhões só em 2022 por conta dessa desoneração.

#### **Quais setores foram beneficiados?**

Calçados, Call Center, Comunicação, Confecção/Vestuário, Construção Civil, Empresas de construção e obras de infraestrutura, Couro, Fabricação de veículos e carroçarias, Máquinas e Equipamentos, Proteína Animal, Têxtil, Tecnologia da Informação (TI), Tecnologia de Comunicação (TIC), Projeto de Circuitos Integrados, Transporte Metroferroviário de Passageiros, Transporte Rodoviário Coletivo e Transporte Rodoviário de Cargas.

No texto aprovado na Câmara, além da prorrogação da desoneração da folha, também foi estabelecida uma redução de 2% para 1% na alíquota da contribuição sobre a receita bruta para o setor de empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros.

#### **Municípios**

O parecer aprovado pelos deputados também reduz a alíquota da contribuição previdenciária para todos os municípios brasileiros até 2027, que terá uma variação de 8% a 18% de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) de cada cidade. O percentual será de:

- 8% para cidades entre as 20% com menor PIB per capita;
- 10,5% para municípios entre os 20% e os 40% com menor PIB per capita;
- 13% para municípios entre os 40% e os 60% com menor PIB per capita;
- 15,5% para municípios entre os 60% e os 80% com menor PIB per capita;
- 18% para municípios entre os 20% com maior PIB per capita.

O impacto da medida, calculado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) é de R\$ 7,2 bilhões anuais. A proposta substitui a emenda que foi aprovada pelo Senado, que previa a redução da contribuição previdenciária, de 20% para 8%, sobre a folha de pagamento para cidades com até 142,6 mil habitantes. O impacto anual desta medida, calculado pela CNM, seria de R\$ 11 bilhões.

O projeto de lei aprovado ainda prorroga, também até 2027, o aumento de 1% sobre a alíquota da Cofins-Importação, que busca tornar equitativa a tributação sobre a receita bruta, tanto no mercado interno quanto na importação. / COM INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 31/08/2023**

### INCERTEZAS SOBRE RUMOS DA ECONOMIA NO GOVERNO LULA DEIXAM INVESTIDOR ESTRANGEIRO 'COM O PÉ ATRÁS'

Números oficiais contradizem narrativa de que atual governo atrairia mais capital externo ao País; queda nos investimentos diretos chega a 32% de janeiro a julho de 2023 ante igual período do ano passado

*Por José Fucs - EXCLUSIVO PARA ASSINANTES*

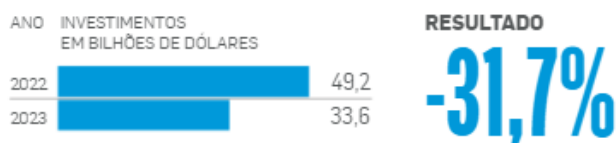
Pela narrativa dominante, no governo Lula o Brasil voltaria a figurar no radar internacional e a atrair os investidores estrangeiros, que haviam se afastado do País na gestão de Bolsonaro. Mas, a julgar pelo que mostram os números, há um tremendo abismo entre a narrativa que se propaga por aí e a realidade.

Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), os investimentos diretos estrangeiros no País caíram 31,7% nos primeiros sete meses de 2023, para US\$ 33,6 bilhões líquidos (deduzidas as saídas), ante os US\$ 49,2 bilhões registrados no mesmo período de 2022. Em julho, isoladamente, o tombo foi ainda maior. De acordo com o BC, o volume de investimentos na produção no mês passou de US\$ 7,2 bilhões em 2022 para US\$ 4,2 bilhões este ano – uma queda de 42%.

Diante das incertezas existentes em relação aos rumos da economia no governo Lula, a retração acentuada nos aportes externos não chega a ser uma surpresa. Além das dúvidas sobre o equilíbrio das contas públicas e a viabilidade das metas fiscais anunciadas pela Fazenda, o atual governo tem deixado os investidores estrangeiros apreensivos ao defender a revisão da privatização da Eletrobras, da reforma trabalhista e da autonomia do Banco Central. Também tem gerado muito ruído ao colocar políticos e dirigentes partidários no comando das estatais, burlando a legislação que regula a questão com base numa liminar concedida pelo STF (Supremo Tribunal Federal), entre outras medidas controversas implementadas ou propostas desde a posse de Lula.

### Com o pé atrás

Nos primeiros sete meses do governo Lula, os investimentos diretos estrangeiros tiveram uma queda de 32% em relação ao mesmo período do ano passado



Fonte: Banco Central

ESTADÃO

Hoje, não falta capital no exterior para ajudar o Brasil a modernizar sua infraestrutura, promover a transição energética e reforçar a sua posição como potência dos alimentos no mundo. Seria um bom caminho para realizar os investimentos necessários, em vez de deixar o Orçamento federal no vermelho, como pretende fazer o governo. Mas, pelo andar da carruagem, parece improvável que, na atual gestão, o País aproveite a oportunidade para acelerar o desenvolvimento, oferecendo mais segurança aos investidores estrangeiros.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 31/08/2023

## EMPRESAS AÉREAS PEDEM SUBSÍDIOS PARA COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL DE AVIAÇÃO

Entidade que representa setor defende “incentivos financeiros diretos” e tributários; EUA já adotaram medidas semelhantes

Por Luciana Dyniewicz

Um dos principais atores nas discussões em torno do projeto de lei do “Combustível do Futuro”, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) pediu ao governo federal incentivos financeiros diretos e tributários para que o setor adote o combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) e, assim, zere as emissões líquidas de carbono até 2050. A entidade também defendeu que o programa “Combustível do Futuro” traga segurança jurídica para garantir a produção de SAF em larga escala a “um preço competitivo e sem aumento de custos para as empresas”.

A proposta do projeto de lei do “Combustível do Futuro” é um dos focos legislativos do governo federal neste segundo semestre e integra o Plano de Transformação Ecológica (PTE). Além de regras para captura e estocagem de carbono, o texto estabelecerá metas para a mistura do etanol na gasolina - que tende a crescer até 30% - e regularizará o mercado de SAF. Todas as medidas devem reduzir a emissão de carbono no país.

De acordo com a Abear, que representa a Gol e a Latam, entre outras companhias envolvidas na indústria da aviação, os incentivos financeiros seriam destinados à pesquisa, à produção e ao consumo do SAF. A Abear também sugeriu que a carga tributária do SAF seja zerada na etapa inicial da transição entre o combustível fóssil e o sustentável. As propostas da entidade se tornaram públicas nesta quinta-feira, 31, em um evento sobre transição energética no setor aéreo.

Os Estados Unidos já adotaram medidas semelhantes às sugeridas pela Abear. Lá, o governo estabeleceu um subsídio de US\$ 1,25 por galão de SAF se o combustível reduzir a emissão de gases de efeito estufa em pelo menos 50%.

O SAF é um biocombustível que pode ser produzido a partir de óleos vegetais (de cana-de-açúcar, milho ou palma, por exemplo), gorduras animais (como sebo bovino) e até óleo de cozinha usado. Ele pode emitir de 60% a 80% menos carbono do que o querosene de aviação (QAV) usado hoje.

O Brasil é considerado um dos países que podem se beneficiar com o aumento da adoção de biocombustíveis em todo o mundo decorrente da necessidade de descarbonizar a economia e, assim, limitar o aquecimento global. Isso porque o Brasil desenvolveu expertise na área quando criou o etanol e tem grande oferta de matéria-prima, como resíduos de cana de açúcar. O País, porém, não produz hoje o combustível. Empresas que atuam na área afirmam que o marco regulatório é chave para destravar os investimentos em SAF.



“Hoje, o mercado não tem instrumentos que tragam regulação, classificação do novo combustível, garantias e incentivos. Esses instrumentos são necessários para estimular investimentos para a produção de SAF”, diz Jurema Monteiro, presidente da Abear.

**Jurema Monteiro: 'É importante que haja regulamentação para evitar o aumento excessivo de custos' Foto: Erivelton Viana**

Apesar de apoiar a adoção do SAF, o setor aéreo teme um aumento de custos. Como é produzido sem escala, o combustível é caro. Segundo cálculos da consultoria Agroicone, o preço de produção do SAF pode ser o dobro ou o triplo do combustível tradicional. A diferença exata entre os valores varia de acordo com a cotação do petróleo.

Jurema destaca que hoje o querosene de aviação já representa 40% dos custos totais do setor. “O Brasil é muito sensível a preço. Não temos produção de combustível sustentável no País. Não temos ideia de quanto vai custar. É importante que, na regulamentação da política, sejam criados incentivos para que o preço não imponha aumento de custos para o setor.”

A executiva afirma que as companhias aéreas têm arcado com parte do custo da descarbonização do setor ao trocar aviões antigos por novos, menos poluentes e que também economizam combustível. “O setor absorve custos, mas o usuário também sente o impacto. Por isso é importante que haja regulamentação, para evitar o aumento excessivo de custos (ao consumidor).”

A Abear também se posicionou contra os mandatos de mistura, isto é, contra a obrigatoriedade de mescla de SAF ao combustível tradicional. Segundo Jurema, os mandatos poderiam acabar pressionando o preço do produto. “A gente já assumiu um compromisso público (para zerar as emissões de carbono). As empresas têm assumido compromissos individuais para a descarbonização. Entendemos que, se assumimos o compromisso, não há motivo para ter mandato.”

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 31/08/2023*

## GOVERNO ESTUDA MODELO DE CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA COM APORTE DE RECURSOS PÚBLICOS; ENTENDA

Instrumento para mesclar recursos públicos e privados visa viabilizar Parcerias Público-Privadas; expectativa é que ação para garantir recursos esteja no projeto de lei orçamentária

*Por Amanda Pupo*

BRASÍLIA - O governo Lula avançou na definição de um instrumento para viabilizar Parcerias Público-Privadas (PPPs) federais na área de infraestrutura. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o Executivo deve usar a fórmula de projeto de concessão combinada a um aporte de recursos públicos, e a expectativa é que uma ação específica para garantir essa fatia já esteja no projeto de lei orçamentária a ser enviado ao Congresso nesta quinta-feira, 31.

Além disso, integrantes do governo avaliam um decreto para dar mais segurança ao formato. Seria uma espécie de PPP “informal”, que garantiria o objetivo de mesclar recursos de origens pública e privada.

O Ministério dos Transportes deve ser uma das pastas a recorrer à ideia. A minuta do decreto foi alvo de discussões preliminares entre integrantes dos Transportes, da secretaria do Tesouro Nacional e da Casa Civil. A ideia geral é que ele assegure que os compromissos financeiros assumidos pelo poder público em contratos de concessão estejam, ano a ano, previstos na lei orçamentária.



Já a ação específica no orçamento para esse pagamento funcionaria como uma garantia de que o parceiro privado irá receber o aporte público devido. A avaliação de integrantes do Executivo que estudaram a ferramenta nos últimos meses é que o novo arcabouço fiscal, que aguarda sanção presidencial, dá segurança à iniciativa privada de que os valores estarão disponíveis, uma vez que o texto garante um piso de investimentos. No próximo ano, ele deve girar em torno de R\$ 68 bilhões.

***Rodovias federais são exemplos de concessões que poderiam ter modelo alterado Foto: FELIPE RAU / ESTADÃO***

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, integrantes do governo ouviram diversos representantes de instituições financeiras que costumam financiar projetos de infraestrutura. O diagnóstico no mercado é que o formato deve funcionar e atrair interesse do



setor privado. As discussões sobre o decreto devem começar a caminhar oficialmente no governo assim que o novo arcabouço fiscal for sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A equipe econômica e as áreas de infraestrutura passaram o primeiro semestre analisando opções para tornar as PPPs federais viáveis. O instrumento se tornou mais urgente pela constatação de que, ano a ano, tornam-se mais escassos os ativos federais, como rodovias, que podem ser concedidos numa concessão “pura”, ou seja, sem nenhum tipo de auxílio financeiro do poder público.

Em algumas regiões, o governo não consegue conceder a rodovia com uma tarifa de pedágio de concessão comum porque o custo ficaria muito elevado para a população e para os transportadores. Em outros casos, o problema está no risco de engenharia, que demanda uma contrapartida do poder público.

Atualmente o Executivo já identifica que precisará lançar mão dessas PPPs em projetos de rodovias no Nordeste e, em alguns casos, no Centro-Oeste. A forma de aporte pode variar segundo o ativo. Mas, do mercado, o governo ouviu que a melhor opção seria de aportes na “cabeça” do projeto. Ou seja, nos primeiros dois ou três anos, quando a fase de investimentos é mais crítica, e a concessionária está mais vulnerável ao cenário econômico.

Governos já tentaram tirar as PPPs federais do papel no passado, principalmente com a experiência de fundos garantidores, que, no entanto, não tiveram sucesso. Em 2004, uma lei autorizou a criação do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, o FGP, que acabou com as atividades encerradas em 2016 após ter tido quase a totalidade de seu patrimônio resgatado, sem resultados práticos no apoio a projetos.

Em 2014 foi a vez do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que também não teve relevância para PPPs federais, e hoje passa por uma reestruturação para atender ao Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (Fdirs) — mais voltado a financiar estudos de estruturação de projetos.

Diante desses fracassos, integrantes da gestão Lula passaram a defender um instrumento alternativo. Foi dessa análise que surgiu a ideia de viabilizar concessões com aportes públicos. Assim, o governo também aproveita o estágio de maturidade das modelagens de concessão, que ganharam diversas inovações nos últimos anos, inclusive com novas regras idealizadas já na gestão atual.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP*

*Data: 31/08/2023*



## VALOR ECONÔMICO (SP)

### LULA COGITA TURBINAR ‘MDS DO CENTRÃO’

Lula decidiu deixar para uma possível “segunda reforma ministerial” o caso do ministro Carlos Fávaro  
*Por Fabio Murakawa, Renan Truffi e Julia Lindner — De Brasília*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cogita turbinar a parte do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a ser entregue ao PP com uma área de economia popular, cooperativismo e “inclusão produtiva”. Na prática, isso significaria “fundir” o Ministério de Pequenas Empresas, que ainda nem foi criado, com o “MDS do Centrão”, que será uma fração retirada da pasta hoje comandada por Wellington Dias.



Segundo um integrante do primeiro escalão do governo, a ideia foi manifestada por Lula em reunião na manhã dessa quarta-feira com Dias, no Palácio do Planalto. Eles estarão nesta quinta (31) no Piauí para lançar o programa Brasil sem Fome.

A divisão do MDS é dada como “praticamente certa” por boa parte da cúpula do Planalto. No formato pensado até então, Wellington Dias continuaria comandando o Bolsa Família, enquanto o hoje deputado André Fufuca (PP-MA) ficaria à frente de uma pasta com controle sobre ações de assistência social. Caso Lula leve sua ideia adiante, essa nova pasta assimilaria também as atribuições pensadas para o Ministério de Pequenas Empresas, cuja criação o presidente anunciou na terça-feira.

Dias, por outro lado, ainda resiste ao fracionamento de seu ministério. E conta com o apoio da primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja.

No encontro dessa quarta, segundo a fonte, o ministro pediu a Lula que ao menos aguardasse a viagem a Teresina, seu berço político, antes de anunciar a divisão da pasta. Dias manifestou o temor de que o enfraquecimento da pasta esvaziasse o lançamento do Brasil Sem Fome, e Lula assentiu.

A assessoria do MDS distribuiu à imprensa um texto do jornal “Meio Norte”, do Piauí, que adianta trecho de entrevista de Lula ao veículo. Nesse trecho, Lula diz que “Wellington fica” e que “sempre vou querer contar com a competência de alguém como o Wellington no meu governo”.

Não ficou claro, porém, se o jornal questionou Lula sobre a possibilidade de divisão do MDS.

A fonte ouvida pelo Valor reconhece que Lula está “indeciso” e “não sabe como fechar a equação” da minirreforma ministerial, uma novela que se arrasta há mais de três meses.

A expectativa geral era a de que um anúncio sobre que pastas serão cedidas a PP e Republicanos tivesse ocorrido até esta quinta, após o giro de Lula pela África e antes do evento em Teresina. O Republicanos deve levar o Ministério de Portos e Aeroportos, com o deputado Sílvio Costa Filho (PE) já indicado pelo partido para entrar na Esplanada.

Com a indecisão do presidente, no entanto, as negociações podem atravessar o fim de semana e o martelo tende a ser batido só na semana que vem.

Lula, além disso, decidiu deixar para uma possível “segunda reforma ministerial” o caso do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD-MT), alvo de ataques do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Segundo fontes do Palácio do Planalto, o presidente avisou, nos últimos dias, que não irá avaliar neste momento os pedidos do Centrão para que Fávaro seja substituído do cargo. A ideia é que essa questão fique para dezembro ou janeiro, quando o governo pode reformular, mais uma vez, a equipe ministerial.

A fritura de Fávaro começou há cerca de um mês, quando Lira - que influente na frente parlamentar da agropecuária (FPA) - começou a fazer críticas públicas ao ministro da Agricultura.

Em 31 de julho, ao participar do programa “Roda Viva”, da TV Cultura, o presidente da Câmara criticou o direcionamento de recursos de emendas a municípios de Mato Grosso, base eleitoral do ministro. Contudo, mas não citou Fávaro nominalmente. Nas últimas semanas, Lira voltou a fazer críticas ao ministro em eventos públicos, mas, desta vez, citou o nome de Fávaro, sugerindo que o titular da pasta deveria deixar o cargo. Em rodas menores, o alagoano tem afirmado que o ministro desrespeitou o Congresso ao concentrar os recursos das emendas em seu Estado, segundo uma fonte da bancada da agropecuária.

### COMBUSTÍVEL VERDE FAZ A RODA GIRAR

Empresas de diferentes modais diversificam estratégias e investem em fontes limpas e alternativas ao transporte rodoviário, mais dependente de combustível fóssil

Por *Marcela Marcós*



**Maersk: grupo fará conversão de suas embarcações para motores bicompostíveis — Foto: Divulgação**

A dependência de matérias-primas fósseis é o grande desafio para a descarbonização nos transportes: as fontes renováveis de abastecimento de veículos ainda estão na faixa dos 25% de penetração no setor como um todo, não apenas no que diz respeito à logística. Esta é a avaliação de André Luís Ferreira, diretor-executivo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema). “É um percentual relativamente elevado quando se compara com o mundo, mas ainda longe do ideal,

considerando que mais da metade do consumo de combustível fóssil do setor vem do transporte de carga”, explica o especialista.

Para Ferreira, reduzir as emissões de carbono provenientes dos caminhões deveria ser uma prioridade no país, com base em duas alternativas: substituição do diesel e opção pelos modais ferroviário ou aquaviário em detrimento do rodoviário. No caso dos trens, há boas saídas. “O mercado ferroviário não tem soluções compatíveis de eletrificação, por ser vocacionado para grandes distâncias e volumes. A tecnologia híbrida pode ser uma boa transição, mas também há estudos que envolvem amônia, hidrogênio e biocompostíveis”, observa Rute Melo Araújo, diretora-executiva de gente, inovação e sustentabilidade da VLI. A companhia – que engloba as ferrovias Centro-Atlântica (FCA) e Norte-Sul (FNS) – tem baseado suas iniciativas sustentáveis em gestão de ativos, inovação e transição energética.

A adoção de energia alternativa também faz parte da estratégia da Rumo. “Nosso modal já conta com vantagens estratégicas frente ao rodoviário”, ressalta Marina Carlini, gerente-executiva de sustentabilidade da companhia. A principal meta relacionada a lançamentos de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera envolve reduzir em 21% as emissões específicas até 2030, com base no volume registrado em 2020, de 14,3g de CO<sub>2</sub> por tonelada de km útil (TKU). Uma das medidas é a utilização do trem de 120 vagões para transporte de carga do agronegócio, que, segundo estimativas da companhia, equivale a 480 caminhões circulando no trecho em que opera, entre Rondonópolis (MT) e o Porto de Santos (SP).

O Grupo Simpar tem o compromisso de reduzir em 15% a intensidade de emissões até 2030, por meio de ações diversas das marcas que controla. “Em 2022, pelo segundo ano consecutivo, alcançamos nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), maior que a média regional da América do Sul e dos setores de transporte e logística nacionais”, afirma Paula Pedrão, diretora de comunicação corporativa e sustentabilidade da Simpar. O programa Carbon Free, da Movida, procura neutralizar os gases emitidos, nas locações de veículos, por meio de iniciativas de reflorestamento. Desde que começou, em 2009, mais de 300 mil árvores já foram plantadas, em São Paulo, Minas Gerais e no corredor de biodiversidade do rio Araguaia. Outra empresa do grupo, a Vamos, adota a eletrificação da frota como parte de sua estratégia de descarbonização. Atualmente, tem 130 caminhões eletrificados e investiu R\$ 244 milhões na compra de empilhadeiras elétricas em 2022, que representam 63% do total locado pela companhia.

Até mesmo o iFood tem apostado em soluções do gênero, já que o oferecimento de bikes elétricas faz parte do “iFood Pedal”. O projeto surgiu da meta de fazer metade das entregas com modais não poluentes – já alcançada no Rio de Janeiro. “Este ano, atingimos a marca histórica de 40 mil toneladas de CO<sub>2</sub> evitadas na atmosfera”, contabiliza Fabiane Carrijo, gerente de vantagens ao entregador do iFood.



Marcella Cunha, diretora-executiva da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol), afirma que as empresas associadas têm estabelecido compromissos robustos para entregas de última milha. “Muitos operadores já anunciaram que, nos próximos quatro ou cinco anos, 100% da frota leve será elétrica, além de apostar em outras fontes de energia, já utilizando carretas movidas a gás natural veicular (GNV). Outros ampliaram o número de armazéns e galpões com placas fotovoltaicas instaladas.” Um dos OLS associados é a Wilson Sons, que tem ampliado a frota de equipamentos portuários elétricos, a exemplo dos 12 novos tratores de pátio da Tecon Salvador, operadora portuária responsável pela maioria dos embarques e desembarques de contêineres na capital baiana. A estimativa é de que a incorporação dessas máquinas à frota atual represente até 341 toneladas de emissões evitadas de CO2 por ano.

Ainda na logística marítima, o Grupo Maersk busca zerar suas emissões até 2040. “Nossos navios de próxima geração vêm com uma configuração de motor bicombustível, podendo navegar com metanol verde e também com combustível convencional, com baixo teor de enxofre”, diz Karin Schöner, presidente da Maersk para a costa leste da América do Sul. A empresa será pioneira na conversão de embarcações porta-contêineres para motores bicombustíveis. O primeiro navio desse tipo está navegando rumo à Dinamarca, onde será oficialmente apresentado, em setembro deste ano. A frota completa será entregue e estará em operação até 2027, mas Schöner já estima que as primeiras 19 gerarão cerca de 2,3 milhões de toneladas de economia anual de emissões de GEE, após substituírem antigas embarcações.

Presidente da Associação Brasileira de Logística (Abralog), Pedro Moreira pondera que equilibrar os altos custos de práticas sustentáveis com benefícios a longo prazo é fundamental. “O cálculo do retorno sobre o investimento nem sempre é imediato, mas os ganhos ambientais e de reputação também têm valor econômico.”

Apesar dos avanços, as ações no segmento de logística e transporte para a descarbonização têm sido “praticamente nulas”, de acordo com o professor do Instituto de Física da USP, Paulo Artaxo, especialista em mudanças climáticas globais. “Temos no governo setores com visão atrasada de continuidade de uso do petróleo”, diz. Segundo o docente, porém, há oportunidades valiosas, com enorme potencial para geração de energia barata e sustentável. “O Brasil tem que olhar para suas vantagens estratégicas com inteligência.”

**Fonte: Valor Econômico - SP**

**Data: 31/08/2023**

## REFORMA MINISTERIAL PÕE LULA ANTE DIFÍCEIS ESCOLHAS

Gestores e ministros indicados por influência política estarão mais focados em oportunidades de gastos do que no equilíbrio orçamentário

Há poucas coisas menos emocionantes no país do que reformas ministeriais - o caminho necessário de ajuste de rota seguido por todos os presidentes desde a volta da democracia. A formação de maioria no Legislativo, porém, tornou-se um ritual exasperante com a dispersão partidária, que ainda persiste apesar de reformas bem-vindas mas tímidas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato, enfrenta agora condições bem piores para criar uma base de apoio do que em seus dois mandatos anteriores. O PT não é mais uma força inovadora, suas receitas econômicas resultaram em recessão assustadora e seu anseio por acomodação no Congresso nunca o diferenciou dos partidos tradicionais, acostumados a negociações nos quais o jogo de poder importa muito.

Desde a guinada qualitativa no governo de Dilma Rousseff, quando o Legislativo ganhou ainda mais força diante do Executivo, os acordos políticos, que antes sustentaram os governos da Nova República, caminham para o impasse. Lula está nesse impasse com alas do Centrão e tem uma base governista até menor que a de que Dilma dispunha, embora exista um oceano entre sua capacidade de aglutinação e negociação e a da ex-presidente. Para piorar as coisas, o governo tem





diante de si não apenas uma maioria conservadora qualquer no Congresso, mas uma que sustentou até meses atrás um presidente de extrema direita, Jair Bolsonaro.

Minoritário, o governo Lula enfrenta escolhas difíceis. Herdou como presidente da Câmara o artífice da blindagem de Bolsonaro, o deputado Arthur Lira, com o qual fez um acordo prévio para governar que ameaça desandar a qualquer momento. É usual nos regimes democráticos que governos sem apoio parlamentar convidem outros partidos para compartilhar o poder e construir, assim, condições básicas de um equilíbrio político frutífero. Na prática, as legendas que se propõem agora a participar do governo não têm nenhum interesse programático comum com o PT.

O presidente Lula está protelando a reforma porque a charada política da governabilidade não o favorece, depois de ter vencido uma eleição por pouco mais de 2 milhões de votos. Republicanos e PP, o partido de Lira, querem cargos ministeriais de relevo, isto é, com orçamentos generosos e grande capacidade de ação, sem, entretanto, garantir que apoiarão os projetos do governo. Lira demanda cargos e pastas relevantes, enquanto o líder de seu partido, Ciro Nogueira (PP-PI), ex-chefe da Casa Civil de Bolsonaro, jura que jamais apoiará Lula. Algo parecido ocorre com Marcos Pereira, cacique dos Republicanos, firmemente empenhado em obter vagas de peso na administração petista, sem assegurar votos.

A reforma ministerial, vagarosa obra em progresso, tem suas singularidades e seus exotismos. Lula criou o 38º ministério da Esplanada, mas ele não tem ainda um titular. Por outro lado, há dois ministros publicamente nomeados, mas que ainda não têm pastas - os deputados André Fufuca (PP-MA) e Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). O Republicanos mira o Ministério de Portos e Aeroportos, que não existia e foi criado sob medida para abrigar o aliado Marcio França, do PSB, derrotado na eleição para o governo paulista. França, no entanto, pode ou não ser deslocado para outra pasta, a da Pequena e Média Empresa, que também poderá acolher a atual ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos - seu cargo é cobiçado pelo Centrão, da mesma forma que o de Ana Moser, titular dos Esportes.

Na acomodação política tradicional, os ministérios foram usados como moeda de troca para compor o aparato de sustentação política dos governos. Não parece mais ser o caso. A multiplicação dos partidos e seu contrário, a polarização política, estão alterando as bases nos quais se apoiava a governabilidade. Uma prova disso em tom menor é que partidos que votaram a favor do impeachment de Dilma Rousseff são cortejados para formar a base parlamentar de Lula, que critica o que, em sua narrativa, chama de "golpe" que derrubou a ex-presidente.

É preciso prestar atenção para que as consequências das negociações da reforma ministerial não sejam ruins para os cofres públicos. Lula desenterrou o velho PAC, prometendo obras bilionárias, e pretende entregar cargos operacionais em pastas e instituições financeiras com destaque na execução dos investimentos (como a Caixa) a políticos do Centrão. Que sejam indicações com respaldo técnico que garantam a boa execução desses projetos. O governo tem um programa de árdua execução, zerar o déficit público, o que possivelmente exigirá um contingenciamento razoável de recursos públicos. Os gestores e ministros indicados por influência política não poderão estar focados apenas em oportunidades de gastos, terão de olhar o equilíbrio orçamentário ou mesmo a contenção de despesas. Ajuda a compor esse cenário de risco à austeridade fiscal o fato de o próprio PT e de alas do governo acreditarem que quanto maior for o gasto público mais chances o país tem de crescer.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 31/08/2023*

## **PRUMO PREVÊ INVESTIMENTOS DE R\$ 15 BI EM PROJETOS NO PORTO DO AÇU**

De acordo com o presidente da companhia, Rogério Zampronha, serão mais de cinco projetos, além do desenvolvimento de infraestruturas, que têm como objetivo a transição energética

*Por Kariny Leal e Fábio Couto — Do Rio*



**Zampronha, presidente, detalha que serão mais de cinco projetos, além do desenvolvimento de infraestruturas, que têm como objetivo a transição energética — Foto: Leo Pinheiro/Valor**

A Prumo, dona do Porto do Açu, está estruturando projetos sustentáveis que vão totalizar investimentos de R\$ 15 bilhões em parcerias em dez anos. De acordo com o presidente da companhia, Rogério Zampronha, serão mais de cinco projetos, além do desenvolvimento de infraestruturas, que têm como objetivo a transição energética. Em uma perspectiva otimista, o executivo espera que o prazo possa ser encurtado para oito anos.

Segundo Zampronha, serão R\$ 5 bilhões para o projeto de HBI, conhecido como briquete verde, produto que tem altíssimo teor de ferro contido e permite atender a demanda de siderúrgicas por aumento de produtividade e redução de emissões de gás carbônico na produção de aço. Outro projeto é uma planta de biogás, em que a primeira fase é estimada em R\$ 300 milhões, e que deve ter outras etapas, explicou no Prumo Day.

Outros R\$ 4 bilhões serão investidos em gasodutos para levar o gás do terminal de Cabiúnas, em Macaé (RJ), até o Porto do Açu. O projeto ainda não tem a rota final definida, segundo Zampronha, mas conta com licenciamento aprovado. Mais R\$ 300 milhões serão para a Tancagem de Líquidos do Açu (TLA). O projeto Spot, que levará óleo cru por oleodutos para refinarias selecionadas terá investimento de R\$ 2 bilhões. Os demais R\$ 2 bilhões serão para bases logísticas para eólicas offshore, para as quais a Prumo tem parcerias com outras companhias, como a Total. O restante virá de outros projetos não citados por Zampronha.

Segundo a Prumo, o dinheiro para os projetos virá de cada uma das parcerias. Foi assinado no Prumo Day acordo entre a companhia de logística e a Geo Bio Gás&Carbon para iniciar estudos de viabilidade de potencial instalação de uma planta de geração de biogás no Açu, no Rio, e adjacências. Será avaliada a instalação da fábrica e o uso da infraestrutura logística de apoio do porto, incluindo plantas de purificação, produção de biocombustíveis, liquefação e unidade de produção de hidrogênio de baixo carbono.

O diretor de desenvolvimento de produtos e negócios da Vale, Rogério Nogueira, disse que o Brasil precisa melhorar as condições para proporcionar um setor siderúrgico verde. De acordo com o executivo, também no Prumo Day, a Vale tem trabalhado para viabilizar essa melhora aos clientes: “O alto custo de capital do país e dificuldades fiscais e de licenciamento tornam os processos mais demorados para formar um polo de HBI, que ajuda as usinas de aço a cortar emissões de gás carbônico. O mundo está avançando e o Brasil não pode ser um passageiro da descarbonização.”

**“Bancos adoram quando os juros estão baixos”**

— Joaquim Levy

Nogueira afirma que são necessários cerca de US\$ 2 trilhões de investimento para levar a indústria siderúrgica à neutralidade de carbono. “Não existe hoje no mundo empresas do setor privado que possam investir em rotas para fazer essa transformação. Grande parte das regiões que tem países pioneiros nessa transformação contam com subsídios governamentais.”

Na mesma ocasião, o ex-ministro da Fazenda e diretor de estratégia econômica e mercados do Banco Safra, Joaquim Levy, afirmou que o Brasil pode ter crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 2% em 2024, “mais equilibrado”, a partir do aumento do volume de crédito e da redução da taxa básica de juros, mas é necessário discutir como será o caminho para o PIB evoluir a partir de 2025.

Segundo ele, se a taxa Selic cair abaixo de 10% ao ano, a concessão de crédito aumenta e viabiliza um ritmo maior de crescimento da economia pelas famílias. A isso se somaria a exportação maior de petróleo, que é o segundo principal item da pauta do comércio exterior desde julho. “Banco adora juros baixos. Quando os juros estão baixos, a gente empresta mais”, disse Levy. Para ele, parte da evolução do Brasil está em maior acesso a instrumentos de dívida, incluindo o mercados de capitais.

Para Levy, o Brasil está mais evoluído neste quesito do que há dez ou 15 anos. Para o crescimento além de 2025, o economista citou que o investimento passa a ser mais importante, especialmente no campo da transição energética: “O Brasil é o único país capaz de chegar a emissões zero com atuais tecnologias de maneira competitiva. Ele consegue caminhar de maneira bastante rápida para uma economia de baixo carbono, talvez até com emissões líquidas zero”, disse.

Levy acrescenta que as discussões devem envolver aspectos regulatórios para a transição energética, caso do tratamento para tecnologias como hidrogênio verde e eólicas offshore, a mudança de regras que remunerem as hidrelétricas para funcionarem como “baterias naturais” para o setor elétrico, reduzindo a intermitência de renováveis, e aspectos da distribuição, “a última milha da energia”, para uma economia cada vez mais eletrificada.

A Eletrobras defendeu a adoção de mudanças regulatórias que alterem o papel das hidrelétricas no sistema elétrico. Dona de 35 hidrelétricas, a empresa vê espaço para que as usinas sejam remuneradas para atuar como “baterias naturais”, num modelo diferente do atual, no qual respondem por cerca de dois terços da geração do país.

Segundo Italo Freitas, vice-presidente executivo de engenharia de expansão e comercialização da Eletrobras, o Brasil tem sido visto como um dos três países com melhores condições para produção de hidrogênio verde por ter um sistema de transmissão robusto e que integra o país, bem como uma grande e barata produção de energia hídrica. Porém, um dos desafios para o hidrogênio verde, afirmou no evento da Prumo, é a resiliência do sistema.

Freitas observou que uma das possíveis causas do apagão ocorrido no dia 15 de agosto é a falta de inércia, que em linhas gerais é um dos fenômenos elétricos que garantem o equilíbrio do sistema de transmissão. Freitas destacou que as hidrelétricas são as únicas fontes que podem garantir a inércia do sistema, mas, para isso, precisam ser remuneradas por esse papel.

**Fonte: Valor Econômico - SP**  
**Data: 31/08/2023**

## TRIUNFO MANIFESTA INTERESSE EM CONTINUAR COM CONCESSÃO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS

Empresa diz que a declaração não resulta em automático e imediato encerramento da relicitação  
*Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo*



— Foto: Reprodução / Facebook Viracopos

A Triunfo anunciou nesta quinta-feira que apresentou ao Ministério de Portos e Aeroportos sua manifestação de interesse em permanecer como concessionária do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP). A empresa diz que a declaração não resulta em automático e imediato encerramento da relicitação, que ainda depende de processo de negociação com o poder público, seguindo a legislação em vigor e as diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU). No início de agosto, o TCU autorizou uma nova solução para as concessões problemáticas de infraestrutura, ao permitir a desistência dos processos de devolução dos contratos e a repactuação das concessões pela União.

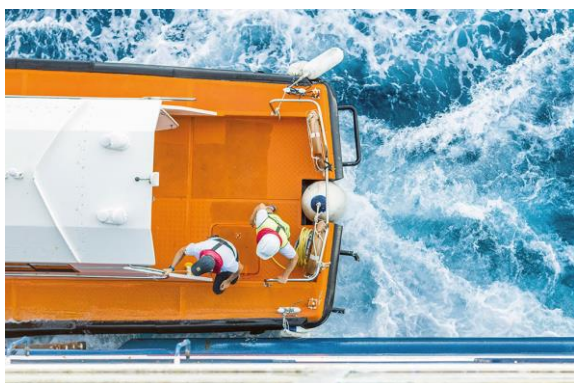
Fonte: Valor Econômico - SP  
Data: 31/08/2023

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### ARMADORES E TERMINAIS PEDEM REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM PELA ANTAQ; CATEGORIA NEGA ABUSIVIDADE DE PREÇOS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 31/08/2023 - 18:47



#### Arquivo/Divulgação

Praticagem do Brasil ressaltou, durante audiência na Câmara dos Deputados, que categoria estabeleceu relação pacífica e firmou uma série de acordos com tomadores de serviço

Representantes de armadores e de terminais portuários defenderam, nesta quinta-feira (31), a regulação econômica da praticagem e a atribuição da função à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). A avaliação do grupo é que a regulação técnica é

exercida adequadamente pela autoridade marítima e que o serviço é bem prestado pela categoria, porém os tomadores do serviço alegam que a preocupação mora na falta de poder de barganha com os práticos sobre a remuneração.

O presidente da Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão, rebateu as críticas e disse que a categoria estabeleceu uma relação pacífica com os tomadores de serviço. Falcão ressaltou que é preciso considerar os acordos finais do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e aguardar atualização da OCDE, que se baseou nos apontamentos iniciais do órgão antitruste e do tribunal. Ele salientou que o TCU concluiu que a Marinha regula corretamente a atividade. E acrescentou que não houve nenhuma acusação de abusividade de preços.

O prático alegou que a Lei de segurança do tráfego aquaviário - LESTA (9.537/1997) e a Normam 12 (1998), com suas atualizações posteriores, abordam o cálculo do preço da praticagem. Ele acrescentou que a autoridade marítima nunca deixou de fazer o trabalho de regulação quando houve algum indício de desequilíbrio. Falcão também elencou que existem grandes negociações e acordos entre os práticos e grandes armadores ou agências marítimas e agentes intermediários que os representam.

O debate ocorreu na tarde desta quinta-feira (31), em audiência da Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, que tratou da regulamentação do serviço de praticagem (PLs 1.565/2019 e 877/2022). "Temos que ter muito cuidado porque existe no Brasil um processo forte de verticalização. Quem quer verticalizar, quer ser dono da cadeia inteira (...) e quem representa esses interesses não está preservando o interesse brasileiro (...) Temos que ter cuidado com o discurso do que é interessante ao povo brasileiro e o que tem a grandes trades", afirmou.

O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) pede a regulação não por tabelamento, mas pelo tratamento dos casos excepcionais. O diretor-executivo do Centronave, Cláudio Loureiro, focou na regulação de casos excepcionais, em que não há possibilidade de acordo. Ele frisou que a questão é de ordem econômica e o que está em discussão é o preço do serviço.

Loureiro citou o caso de Manaus (AM), onde os práticos estariam pedindo um aumento de 300% de preço. "É uma prestação de serviço e deve se dar em termos razoáveis", defendeu. O Centronave

representa 19 armadores de longo curso, que transportam em torno de 97% do total de contêineres importados e exportados no Brasil.

O argumento é que a regulação econômica se justifica pela ausência de concorrência pelo serviço de praticagem, causada pelo rodízio único. Loureiro reiterou que a cooperação técnica da armação com a praticagem resulta em melhorias e em operações mais seguras. "A qualidade técnica não está em discussão. A contribuição que não podemos competir", ponderou.

Na visão do Centronave, existe uma superposição de atribuições entre autoridade marítima, as autoridades portuárias e a praticagem no monitoramento e controle dos canais de acesso e nos parâmetros de navegabilidade (calado, ventos, marés etc), o que contribui para elevação dos custos.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac), Luis Fernando Resano, reforçou que a questão é sobretudo econômica. O problema, segundo ele, se estende há 26 anos, desde a Lesta (9.537/1997), que estabeleceu o exercício da regulação técnica pela Marinha. Na avaliação da Abac, sem regulação econômica, não há controle de preços e nem metodologia para fixação de preços. "O custo do serviço é alto para a sociedade brasileira. As elevações dos custos não são proporcionais à inflação e reflete no Custo Brasil", afirmou.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) entende que a regulação técnica é adequadamente exercida pela autoridade marítima e que a proposta de segregação da regulação econômica da regulação técnica é necessária e consta no PL do poder executivo 757/2022. Para a CNT, o PL 757 está alinhado com avaliação do TCU e do Cade e com as recomendações da OCDE no sentido de que a intervenção da agência reguladora deve acontecer na definição dos preços, fiscalização do cumprimento dos padrões adequados para o serviço, guardadas atribuições da autoridade marítima e que eventual mediação dos preços deve ocorrer em qualquer situação de disputa, e não apenas havendo paralisação dos serviços.

"A regulação econômica da praticagem pode e deve ser realizada pela Antaq, que no âmbito de suas atribuições legais detém competência, capacidade e conhecimento para fixar os preços a serem aplicados nos preços da praticagem", disse a representante da CNT, Lilian Schaefer, que é vice-presidente executiva do Syndarma/Abeam.

Ela destacou que o setor de navegação identificou ausência nos PLs de previsão da regulação econômica da atividade ou efetiva aplicação sempre que demanda, no caso de abuso ou exorbitância de valores adotados, questões essenciais e deve ser considerada na elaboração de regramento da praticagem no Brasil. "O serviço de praticagem no Brasil tem caráter monopolista e a falta de regulação econômica faz com que hoje não haja metodologia clara e transparente na fixação dos preços de praticagem, dificultando sobremaneira qq negociação", pontuou. Ela acrescentou que os reajustes que vem sendo adotados não acompanham índices inflacionários.

O presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, salientou que a excelência da regulação da Marinha e do serviço prestado pelos práticos não está em discussão, e sim a regulação econômica. Para a ATP, o trabalho em escala de rodízio único reforça o monopólio na prestação dos serviços. "Mesmo antes de existir a escala de rodízio único, a negociação do preço da praticagem era difícil porque as entidades que regiam em determinadas ZPs eram pequenas. Com a escala de rodízio única, a negociação com o bloco reforçou esse monopólio", apontou. Segundo Barbosa, não existe liberdade de negociação porque, na prática, ela nunca é favorável ao tomador de serviço.

A ATP defende que os tomadores de serviço possam ter uma instância que coíba a abusividade na cobrança de serviços, que acompanhe os reajustes e arbitre conflitos. A associação é contra o tabelamento e a favor que essa instância faça a regulação econômica dos serviços de praticagem, função para a qual sugere a Antaq. A ATP sugere que a Marinha continue com a regulação técnica e a Antaq faça a regulação econômica do setor a todo tempo, não apenas em caso de indisponibilidade de serviço. Barbosa disse ainda que as tarifas da praticagem já são reguladas em vários países do mundo.

A Logística Brasil se manifestou a favor de a regulação ficar integralmente na Marinha, ao contrário da posição dos armadores. O presidente da associação, André de Seixas, disse que o entendimento é que a Antaq deve regular serviço e praticagem não é serviço de transporte, porque envolve segurança da navegação e salvaguarda de vidas humanas e marinhas. "A Marinha tem total condição de fazer regulação bem feita e que particionar essa regulação colocando a parte técnica, que é relevante, para se medir o custo e o preço final do serviço seria um equívoco muito grande", Seixas.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/08/2023

## CDFMM PRIORIZA R\$ 900 MILHÕES PARA OBRAS EM 2 TERMINAIS DE GRANÉIS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 31/08/2023 - 16:45



### Arquivo/Divulgação

Em reunião extraordinária, conselho aprovou projetos da Aba Infraestrutura e do Teag que preveem aportes para ampliações e modernizações em instalações destinadas a operações de granéis líquidos e granéis sólidos vegetais

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou dois projetos que somam aproximadamente R\$ 900 milhões para a ampliação e modernização de terminais portuários arrendados. A decisão ocorreu na última segunda-feira (28), durante a 9ª reunião extraordinária do conselho. De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), os valores dos projetos aprovados são de 431,8 milhões e R\$ 466,2 milhões. A pasta, porém, não adiantou mais detalhes sobre as duas aprovações.

Portos e Navios apurou que um dos projetos priorizados envolve obras em um terminal brownfield, em área de 38.400 m<sup>2</sup>, no Porto de Santos (SP). A postulante é a Aba Infraestrutura, que pretende fazer a ampliação e a modernização do terminal portuário Adonai East, para movimentação de granéis líquidos. O contrato de adesão tem validade de 25 anos e as obras têm 3 anos de duração, com previsão de serem concluídas em 2026.

O outro postulante com projeto priorizado é o Terminal de Exportação de Açúcar do Guarujá (Teag), destinado à movimentação de granéis sólidos vegetais. As obras, já em andamento, abrangem a modernização de equipamentos instalados e adequações, o que inclui maquinário para movimentação de granéis, além de moegas e estruturas de armazenagem.

Os agentes financeiros dos projetos não foram indicados durante a reunião. A resolução do CDFMM com os projetos que obtiveram prioridade esta semana será publicada no Diário Oficial da União e as empresas estarão habilitadas a contratar o financiamento por meio dos agentes financeiros conveniados (BNDES, BB, CEF, BNB e Basa). Os postulantes possuem prazo de 450 dias para a contratação do financiamento, no caso de novos projetos.

O FMM pode financiar até 90% do valor dos projetos pleiteados. O custo do financiamento com recursos do FMM dependerá do percentual de conteúdo nacional e do tipo de embarcação, sendo essas condições definidas na resolução 5.031/2022 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A 53ª reunião ordinária do CDFMM está prevista para o próximo dia 14 de setembro. Na 52ª reunião ordinária, realizada em junho, foram aprovados R\$ 1 bilhão em projetos de navegação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 31/08/2023

### FORNECEDORES PROJETAM PARTICIPAÇÃO LOCAL CRESCENTE

Por Danilo Oliveira ESPECIAL NAVALSHORE 30/08/2023 - 20:50



#### Arquivo/Divulgação

CSENO/Abimaq aposta em continuidade da aproximação com contratantes e estaleiros a fim de desenvolver novas soluções em projetos civis e militares

A Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos identifica uma série de oportunidades para aumentar a participação da indústria local, desde a concepção ao desenvolvimento

dos programas de construção naval — tanto de ativos civis, quanto militares. A avaliação da CSENO/Abimaq é que o estreitamento dos canais com os contratantes e prestadores, nos últimos anos, vem contribuindo com o aumento do conteúdo local nos projetos.

Nas demandas do segmento militar, o presidente da CSENO, Leandro Pinto, destacou a aproximação junto às sociedades de propósito específico (SPEs) 'Águas Azuis', responsável pelo Programa de Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), e 'Polar 1', que executa a construção do navio polar Almirante Saldanha. Segundo Pinto, o objetivo é que a indústria atinja e aumente cada vez mais sua participação nos projetos da força naval.

As fragatas têm a meta de alcançar em torno de 40% a partir da segunda unidade, enquanto o navio polar deve chegar a 45%. Já os 12 navios-patrolha de 500 toneladas, incluídos no novo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), deverão ter em torno de 50% de conteúdo local. "Temos certeza que damos o recado com um pouco mais dos 50%", projetou Pinto, na última semana, durante painel da 17ª Navalshore. Ele destacou a participação da CSENO/Abimaq em grupos de discussão, como a câmara de nacionalização de programas da Marinha, coordenado pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), além do convite da Transpetro para que fornecedores e estaleiros nacionais contribuam com o grupo de trabalho que estuda a construção de navios para renovação da frota da empresa.

A CSENO também observa uma série de oportunidades nas áreas de O&G e naval nos próximos cinco anos. Pinto lembrou que já existem contratações de novos investimentos pela Petrobras, pelo menos, até 2028, além de oportunidades de construção mapeadas. O presidente da CSENO defendeu a necessidade de garantir o conteúdo local para projetos futuros, sobretudo no setor de petróleo e gás.

Ele citou o caso da bacia de Campos Barracuda e Caratinga FPSO (unidade afretada) que está em licitação, com entrega das propostas em março de 2024. O conteúdo local esperado é de 10% e o edital prevê que o não atingimento desse percentual mínimo não acarretará multa ou qualquer outra sanção para a contratada. "O mais importante não é a multa, é o fortalecimento e a participação da indústria local como um todo", ressaltou.

A CSENO trabalha com a expectativa de cerca de 60 embarcações de apoio offshore até 2026. A leitura é que existe uma demanda reprimida e a necessidade de gestão do ciclo de vida de embarcações com mais de 20 anos e novas unidades que serão incorporadas à frota de apoio marítimo nos próximos anos. "Vemos com bons olhos a sustentabilidade disso ao longo desse caminho. E é algo desafiador, pois já projetamos para 2026", analisou.

A câmara setorial da Abimaq avalia que existe um novo ciclo de construção impulsionado pelas demandas da Petrobras e da Transpetro. Pinto cita a construção de SDSVs (mergulho raso), a



# INFORMS

## INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 148/2023  
Página 56 de 56  
Data: 31/08/2023  
[www.mercoshipping.com.br](http://www.mercoshipping.com.br)  
[merco@mercoshipping.com.br](mailto:merco@mercoshipping.com.br)

reforma e atualização de PSVs (transporte de suprimentos) para contratos com novos requisitos da Petrobras. Ele mencionou entre demandas recentes a reforma de dois cascos de PSVs adquiridos pela Posidonia Shipping que eram da Brasil Supply, além de outros cascos de PSVs adquiridos pela Baru Offshore que vão passar por modernização. “O mercado aponta para um novo ciclo de construções puxadas por demandas da Petrobras e Transpetro. Estamos todos nesse caminho tentando ajudar a várias mãos”, disse.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 31/08/2023*



### MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

**ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPING.COM](http://MERCOSHIPING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)**

Este conteúdo também está disponível na [www.mercoshipping.com](http://www.mercoshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

*Fonte : InforMS*

*Data: 31/08/2023*